



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE.

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e onze, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre e o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos pela Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Pato, pelo Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro e pelo Sr. António da Silva Antunes, respectivamente.

O Sr. Engº Rafael Sousa Costa também solicitou a justificação da sua falta e a sua substituição, não tendo sido possível a nenhum dos eleitos a seguir na ordem da lista do Grupo de Cidadãos Oliveira do Hospital Sempre (OHS) proceder à sua substituição.

O Sr. Carlos Alberto de Brito Folques e o Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa também estiveram ausentes, pelo que também solicitaram a justificação das suas faltas.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2011.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira Revisão ao Orçamento Municipal do ano 2011.

IV – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2012/2015 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2012, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a acta da sessão ordinária de trinta de Setembro do corrente ano, tendo sido aprovada por maioria, com uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abstenção.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção inicial:

“Vamos dar início ao período de Antes da Ordem do Dia e eu queria fazer duas referências.

A primeira: na última Assembleia, estivemos quase três horas no período de Antes da Ordem do Dia. Os Srs. sabem que, incluindo o Sr. Presidente da Câmara, o período de Antes da Ordem do Dia é de uma hora, no limite uma hora e meia. Contudo, como a primeira intervenção foi um discurso escrito, que, por ser um discurso escrito, normalmente tem uma consistência que, se não se chegar ao fim, não se percebe, como era assunto de extrema importância para nós todos – a ESTGOH – e eu, sempre na expectativa que iria acabar no minuto, a verdade é que demorou dezassete minutos. Houve logo a seguir uma outra intervenção que também de treze minutos. As duas eram da bancada do Partido Socialista. E eu, naturalmente, a partir daí, dentro dos critérios por que me rejo, não tinha moral para tirar a palavra a mais ninguém das outras bancadas. E foi isso que aconteceu. Mas eu espero que compreendam que não podemos manter este tipo de situação e que, de facto, tenha sido uma situação excepcional.

Queria também dizer que, a pedido de alguns Srs., membros da Assembleia, que invocaram o interesse para que estivesse aqui o Sr. Presidente da ESTGOH – eu tive o cuidado de dizer que o Sr. Presidente da ESTGOH não era obrigado a estar à disposição das nossas vontades – quer eu, quer o Sr. Presidente da Câmara tivemos a oportunidade de lhe transmitir esse desejo e o Sr. Prof. Jorge Almeida de imediato se disponibilizou a estar aqui, o que, naturalmente, registo e agradeço. O Sr. Prof. Mateus Mendes já o tinha feito. Eu e o Sr. Presidente tínhamos concluído que, se calhar, não era positivo estar a mexer mais na Escola, para não sermos, de facto, acusados de “incendiários”. Mas, como sabem, o Sr. Director do IPC, aqui na nossa frente – honra lhe seja feita que é assim que deve ser – apelidou-nos de “incendiários”. Ficámos com a sensação de que o problema não estava tão resolvido quanto nós pensávamos, depois da postura – que também já se agradeceu – dos Srs. Deputados e do Sr. Secretário de Estado. Portanto, as pessoas que têm o poder têm tido uma posição inequívoca. Pensávamos nós, e queremos pensar ainda, que o problema estava resolvido. Perante essa situação, achámos oportuno que o Sr. Prof. Jorge Almeida aqui viesse, se fosse essa a vontade dele. Disponibilizou-se. Está aqui.

Eu ia pedir-lhes, como é costume, que, para que o Sr. Prof. não esteja aqui o tempo todo e falar no fim, como manda o Regimento, pudesse intervir agora. Perguntava se alguém se opõe a isso.

Não havendo oposição, eu convidava o Sr. Prof., se fizesse o favor, a dar-nos aqui a sua posição sobre o momento da ESTGOH.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da ESTGOH, Sr. Prof. Jorge Almeida:

“Gostaria de agradecer o convite que me foi formulado para estar aqui e é com todo o gosto que aqui estou. Estou ao serviço da ESTGOH mas a ESTGOH está numa região, está numa cidade que se chama Oliveira do Hospital. Portanto, também é uma maneira de prestar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviço à comunidade para a qual trabalho todos os dias. Estou à vossa inteira disposição para todos os esclarecimentos que entenderem por necessários.

Vou recuar um pouco no tempo e dizer que esta Escola nasceu por uma decisão do Governo, do Governo do Eng^o António Guterres, em mil novecentos e noventa e nove, em Diário da República, se bem que a Escola, formalmente, só tenha arrancado os seus trabalhos no ano lectivo de dois mil e um.

A Escola foi uma decisão do Governo. E, na altura, o Governo decidiu criar esta Escola por uma razão muito simples: o Estado entendia – e eu também entendo e subscrevo essa opinião do Governo dessa altura que, felizmente, também é a opinião do Governo de hoje – que as escolas politécnicas contribuem decisivamente para o enriquecimento das regiões, das populações, trazem cultura e trazem fixação de quadros qualificados. E, basicamente, este é, num registo muito simples, o que levou, há onze anos atrás, o Governo do Eng^o António Guterres a abrir esta Escola. Não foi só esta que abriu. Houve outras escolas, pequenas escolas. E por pequenas escolas digo na casa dos mil alunos ou um pouco abaixo desse valor. E foram abertas para criar um instrumento de coesão territorial e de valorização do território. E é isso que se faz na ESTGOH. E não só na ESTGOH, mas noutras: nas Caldas da Rainha, em Peniche, na Póvoa de Varzim, em Lamego, em Viana do Castelo, em Mirandela. Há um conjunto de dezenas de escolas, nas quais se enquadram escolas da dimensão da ESTGOH, que fazem o seu trabalho.

Portanto, o que era válido há dez anos, parece-me que ainda continua a ser válido. E, com a crise que temos e de que todos nós somos testemunhas diariamente, ainda hoje se mantém mais viva do que no passado esta necessidade de haver escolas que estão fora dos grandes centros urbanos.

A ESTGOH, com um percurso de dez anos... Há dez anos houve uma oferta formativa que foi escolhida. Não fui eu que a escolhi mas foi escolhida. Aceito que, passados dez anos, esta oferta formativa hoje careça de alguma reformulação. Nós não podemos ter os mesmos cursos, passados dez anos. Os jovens mudam, o mercado de trabalho muda. Onde antigamente havia pleno emprego, como o exemplo de engenharia civil, hoje sabemos como está. Portanto, não podemos ter uma posição de conforto e dizer que está tudo bem. Temos que mudar. E é preciso ter coragem para mudar e eu quero mudar.

Agora, eu quero mudar de forma séria e só há uma coisa que, para mim, é negociável, não há conversa. As coisas que são, do ponto de vista ético, a espinha dorsal, não se discutem. Os princípios não se discutem. E eu não discuto, jamais, a continuidade da ESTGOH. A ESTGOH é para continuar. A ESTGOH foi criada pelo Governo e cabe apenas ao Governo eventualmente fazer uma reformulação da Escola. Isso cabe ao Governo. Não é matéria da minha competência nem sequer do Politécnico de Coimbra.

Portanto, a minha capacidade é gerir a Escola o melhor que posso e, de facto, tem sido um exercício difícil porque hoje o IPC retirou-nos uma parte significativa das verbas. O Estado retirou oito e meio por cento às instituições do ensino superior mas o IPC tirou-nos mais de quarenta por cento das verbas, em três anos. Portanto, há pessoas se queixam muito que ficaram sem oito e meio por cento – reitores, presidentes de outras escolas –, mas eu fiquei com muito menos do que isso. Em três anos, a Escola perdeu mais de quarenta por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cento das verbas. Os números são claros: um milhão oitocentos e setenta e cinco mil euros há dois anos e, para dois mil e doze, vamos ter, rigorosamente, um milhão e sessenta mil euros.

Por outro lado, houve uma questão que, de facto, me surpreendeu, que eu não contava. Quando me candidatei em dois mil e dez, não fazia a mínima ideia, fui surpreendido pelos acontecimentos, por alguma má-vontade, por alguma tensão no sentido de fechar a Escola. Não vale a pena estarmos aqui a escamotear as coisas. Os problemas resolvem-se olhos nos olhos, com a verdade em cima da mesa e arranjando aqui posições e coesão para, uma vez que estamos todos juntos nesta caminhada, manter a Escola.

Em Junho, houve aqui, nesta mesma mesa, uma conferência de imprensa, onde eu estive com o Sr. Presidente da Câmara, o Prof. Rui Antunes e onde estive a comunicação social – há evidências disto – e onde foi dito que a Escola ia continuar. Eu fiz aquilo que, como funcionário público, tenho direito: fui gozar um período de férias e, nove dias depois de ter entrado de férias... Eu não podia ter estado presente no dia vinte e dois porque estava a gozar férias. A reunião que foi marcada para esse dia, dizia apenas “Informações e Orçamento”. Porque, se eu tivesse conhecimento que o assunto fosse o encerramento da Escola, tinha-me metido num avião e tinha regressado de imediato. Mas, de facto, o assunto não merecia essa atenção. Assim, fui surpreendido pelos acontecimentos. O meu Vice-Presidente, que está aqui, foi pai nesse dia, pelo que também não lhe foi possível estar presente. E foi o Presidente do Conselho Científico que representou a Escola. Eu acompanhei a reunião pela internet, através de e-mail e fui surpreendido.

Felizmente, houve uma pronta intervenção do Governo, que não autorizou o fecho de Escolas. Também vos quero dizer que todos os politécnicos têm pequenas escolas em cidades fora da capital de distrito. Viana do Castelo tem uma escola em Chaves, o Porto tem em Felgueiras e na Póvoa de Varzim, Leiria tem uma escola nas Caldas da Rainha e outra em Peniche. Todos os politécnicos têm escolas fora da grande cidade onde têm a sua sede. E nenhum politécnico fechou nenhuma escola. Portanto, estamos aqui perante um caso extraordinário.

Agora, o que temos que ter aqui é uma posição de união e desmontar os factos. Na minha opinião, só o Governo – que criou a Escola – tem capacidade de legitimidade para fazer o que quer que seja. Mais ninguém tem essa legitimidade. Portanto, o que o Governo fez foi intervir rapidamente – e estou agradecido ao Governo – e dizer que a Escola não é fechada. O concurso nacional estava a decorrer. Andámos a fazer dezenas de eventos de divulgação. Fomos a todas as escolas secundárias da região, fomos às escolas profissionais. Tenho também que agradecer aos Presidentes de Câmara aqui à volta. Por exemplo: o Presidente da Câmara de Santa Comba Dão disponibilizou auditórios para fazer sessões de divulgação naquela região. Também quero agradecer ao IEF, que nos deu um grande apoio em sessões de divulgação.

E, de facto, fiquei surpreendido quando o IPC quis fechar a Escola. Mas também vos quero dizer o seguinte: fechar a Escola não resolve nenhum problema do IPC; é apenas um acto que não se percebe. Porque o custo dos professores aqui ou dos funcionários custa o mesmo aqui do que custa em Coimbra. Portanto, transferir os professores daqui, ou os funcionários, para Coimbra não tem efeito nenhum no orçamento. Não há aqui nenhuma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

redução de custos.

Mas, uma coisa é certa: os seiscentos alunos que temos aqui, que são extremamente importantes para a cidade de Oliveira do Hospital e para esta região, não trarão contributo visível a uma cidade como Coimbra. Coimbra não precisa destes alunos. Mas eles são vitais e são muito importantes para esta cidade. A economia desta cidade e a economia desta região depende muito dos equipamentos que estão nesta cidade. Portanto, não faz nenhum sentido... Eu disse isto na sessão de abertura solene das aulas: que seria uma estupidez colossal fechar a ESTGOH. Primeiro, porque não se poupa nada. Eventualmente, poderemos poupar a manutenção do ar condicionado, do extintor. É ridículo estarmos a falar disto. O grosso da despesa são os ordenados dos professores e dos funcionários. Portanto, não se poupa nada. Ao transferir os professores daqui para Coimbra, poupa-se o quê? Pelo contrário, vai-se perder porque, enquanto que o IPC tem uma autoridade hierárquica... E, de facto, está na lei. Eu conheço a lei. Se, amanhã, houver um despacho do Sr. Presidente do IPC que diga que determinado funcionário vai para aquele local, ele tem que ir.

Portanto, não se poupa nada. O que se poupa é residual. A nível de poupança, é residual. Não faz sentido, sequer, estarmos aqui a falar nisto. E também vos quero dizer isto: nenhum politécnico de Portugal fechou uma escola. Porque isto é essência. E, na essência e na coluna vertebral de uma instituição, não se pode mexer. Também vos quero dizer o seguinte: esta é uma escola *low-cost*: é uma escola que não tem directores de serviços, não tem chefes de divisão, não tem chefes de secção. Isto do pessoal não docente. Nos professores, é uma escola que, por força da sua juventude, já apanhou o período de congelamento de progressões na função pública e, ao contrário de outras que têm uma massa salarial média muito elevada, esta tem uma massa salarial reduzida. Isto porque os professores estão na base da carreira porque as alterações à progressão automática – como sabem, foi feita há cerca de seis anos – fez com que não houvesse progressões automáticas. E há professores noutras escolas, que têm vinte ou trinta anos de antiguidade, que estão no topo da carreira e que custam mais, naturalmente. Aqui, como a Escola é mais recente, a média salarial é mais baixa.

Portanto, a Escola é *low-cost*, só tem duas técnicas superiores no quadro. Há uma terceira que é contratada a prazo. Os professores são pessoas esforçadas. Fazem o melhor que podem. E as pessoas, hoje, estão muito preocupadas com esta situação do fecho. Nós temos que ver que temos que atrair alunos. E a força de uma escola tem a ver também com o seu potencial de atracção. E, quando se vê na comunicação social, nomeadamente na televisão, o Presidente do Politécnico de Coimbra afirmar que a Escola vai fechar, isso cria desconfiança nas pessoas.

O que é que nós temos feito para combater esta situação? Uma vez que nos fecharam o curso de engenharia civil, criámos sinergias com outra escola e, com o apoio da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra, criámos duas novas licenciaturas: uma em marketing especializado para o sector da saúde e outra na área da engenharia do trabalho e da segurança.

Também vos quero dizer o seguinte: sei que muitas pessoas gostariam de ver aqui outras áreas científicas. Eu também gostaria de ver. Mas, para isso, é preciso dinheiro. Eu não posso adquirir equipamento, eu não posso ter laboratórios se não tiver dinheiro. E, como eu



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vos disse, passámos de um orçamento de um milhão oitocentos e setenta e cinco mil euros quando tínhamos cinco cursos para um orçamento de um milhão e sessenta mil euros, hoje, com doze cursos. Nunca tivemos tão pouco dinheiro na história da ESTGOH mas nunca tivemos tantos cursos em funcionamento.

Claro que a situação mais fácil seria “bater com a porta” e demitir-me. Isso seria o mais fácil. Para isso, devia até ter continuado em férias. Mas não continuei em férias. Quando soube o que se passou, dois dias depois estava reunido, de madrugada, com o Dr. Francisco Rolo e com a Dra. Graça Silva.

Portanto, nunca procurei soluções fáceis, nunca fui pelo caminho mais fácil. Tem sido um combate extremamente exigente mas temos sinais a toda a nossa volta de um grande apoio. Para já, há que registar o apoio público da Câmara Municipal, que tem sido um parceiro neste combate. Por outro lado, entidades externas à ESTGOH. Tivemos, dois dias depois desta estupidez colossal deste desejo de fechar a Escola, o apoio público do CCISP, que é o órgão que congrega todos os presidentes dos quinze politécnicos a nível nacional. O Presidente é o Professor Sobrinho Teixeira, Presidente do Politécnico de Bragança e que, dois dias depois, fez uma intervenção num dos jornais de Coimbra a dizer que não aceitava, o assunto não tinha sido discutido, não tinha sido falado. Porque este assunto não foi falado com ninguém. Não foi falado com a Presidência da ESTGOH, não foi falado com a Câmara, não foi falado com o Governo, não foi falado com ninguém. Ninguém sabia nada disto.

Em Junho, eu estive aqui com o Sr. Presidente da Câmara, nesta mesa, numa conferência de imprensa, e fomos em paz de férias pois, para nós, o assunto estava encerrado.

Neste momento, como todos sabem, esta agitação na comunicação social gerou uma perda de alunos, não há como negar. Estamos, hoje, a atravessar uma situação um pouco crítica devido à questão dos alunos. A Escola existe para servir os alunos e os alunos, se sentem que a Escola pode estar ameaçada, podem mudar. E hoje é muito fácil mudar; pode-se transferir muito facilmente um aluno para qualquer outra escola.

O que temos feito é falado com os alunos; nunca houve tantas reuniões com alunos. Cheguei a ter reuniões com duzentos alunos, para explicar-lhes que, quem manda no País, é o Governo e que o Governo disse que a Escola não fechava.

Portanto, a Presidência da Escola não aceita que a Escola feche, a Câmara Municipal também não aceite e o Governo também não aceita. Neste momento, têm que ser claramente identificados os autores disto. É bom que se identifiquem, que não haja aqui nevoeiro. Eu gosto das coisas claras, não gosto de nevoeiro. Não convivo bem com zonas de sombras.

Fizemos uma parceria, que está reduzida a escrito. São duas novas licenciaturas para colmatar o curso que nos fecharam, por acaso o curso com maior viabilidade financeira. O curso de engenharia civil tinha noventa e oito alunos. E hoje tem pouco mais do que vinte. Mas também vos quero dizer que os alunos perderam-se mas não foram para Coimbra. Só vinte e dois alunos é que foram para o ISEC; os outros foram para Aveiro, para Viseu, para Leiria, para Guarda ou para o Porto. A maior parte foi para o Porto, para o ISEP. Porque os alunos são livres. O Presidente do Politécnico, ou seja quem fôr, não consegue obrigar os alunos a ir daqui para ali.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, em resumo, fechar a Escola não resolve nada e o problema jamais será de cariz financeiro porque os professores e funcionários custam o mesmo em Oliveira do Hospital do que em Coimbra, ou nos Açores ou no Algarve. Mas, uma coisa é certa: os professores, pelo seu nível de salário, mais longe, menos longe, podem sobreviver. Os funcionários não. Os funcionários da ESTGOH ganham muito mal porque estamos a falar de assistentes operacionais, que ganham, em média, quatrocentos ou quinhentos euros. Os assistentes técnicos ganham seiscentos euros. E estas pessoas teriam a vida num “inferno” se fossem para Coimbra porque o ordenado que ganham não chega para pagar a gasolina. Portanto, a vida dessas pessoas seria um inferno.

Resumindo, a ESTGOH está a trabalhar. A ESTGOH nunca teve, no seu historial, tantos cursos em funcionamento, apesar de nos terem fechado o curso de engenharia civil. Estamos a assistir a uma queda de alunos. Como em qualquer instituição, há momentos mais negros e outros mais coloridos, mais alegres. Estamos a atravessar um período de dificuldades. Eu apelo à coesão de todos os oliveirenses no sentido de defenderem a sua Escola. Este é um equipamento que foi criado por um Governo e cujo objectivo, se era actual há dez anos, hoje ainda é mais actual. E, se era verdadeiro há dez anos, hoje ainda é mais verdadeiro. Hoje, Oliveira do Hospital precisa muito mais da ESTGOH para o seu desenvolvimento, para a fixação de quadros qualificados. Nenhum dos Senhores aqui presentes hoje entra num banco em Oliveira do Hospital, numa empresa de seguros, numa empresa de contabilidade, que não esteja um aluno da ESTGOH a trabalhar. E são quadros qualificados que aqui vivem. E Oliveira do Hospital, mais tarde ou mais cedo, tem que se separar do paradigma do ordenado mínimo e das pessoas – que eu respeito – que ganham quatrocentos ou quinhentos euros. São os engenheiros que a ESTGOH forma, que fazem aqui iniciativas e criam aqui emprego. Há evidências disso. Com o apoio da Plataforma, da Incubadora de Empresas que está presente na Plataforma. Que todos juntos, fazemos com que a ESTGOH sirva esta vasta região. E, de facto, é assim que tem acontecido.

A nível de funcionamento, há cerca de um mês ganhámos um prémio nacional, onde participaram várias universidades e vários politécnicos. A nível de Marketing, ficámos em primeiro lugar. A ESTGOH ganhou um prémio nacional em Marketing.

Muitas das vezes se faz um ataque mesquinho, que só mostra a ignorância das pessoas à ESTGOH, que é a questão da qualidade. Eu sou suspeito porque eu gosto da ESTGOH, foi lá que eu dei a minha primeira aula. Mas eu vou dar factos e, depois, cada um pense e tire as suas conclusões. A ESTGOH tem apenas trinta professores; é uma Escola pequena. Mas é uma Escola com qualidade. Na Faculdade de Direito de Coimbra existe um mestrado que tem seis professores. Três são professores a tempo inteiro da ESTGOH. E, depois, no seu tempo livre, vão lá dar aulas como professores convidados. Portanto, sobre a qualidade, estamos conversados.

Sistematicamente, há colegas meus que são convidados a participar em projectos de investigação científica nos Estados Unidos, em Inglaterra, na Alemanha. A ESTGOH, sistematicamente, recebe prémios em várias áreas, como engenharia civil, como informática e como marketing. Eu acho que, desde que a ESTGOH abriu, que não houve um ano que não tenha recebido prémios a nível nacional. Neste último de marketing, estavam universidades de Lisboa e foi a ESTGOH que ficou em primeiro lugar, num trabalho de alunos com



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

professores.

No próximo mês de Janeiro iremos estar numa iniciativa em Bruxelas. Um conjunto de alunos foi seleccionado para ir a Bruxelas participar num evento organizado pela União Europeia, com várias universidades. Temos vários projectos, alguns já com decisão e outros que a aguardam. A questão é: todos os dias fazemos a ESTGOH. O que nós pedimos é que nos deixem trabalhar. O que nós pedimos é que, se o Governo, face à situação do País, corta oito e meio por cento, me cortem os oito e meio por cento, que não cortem, em dois anos e meio, quase quarenta por centos do orçamento.

A minha missão é trabalhar em prol do desenvolvimento da ESTGOH e gerir a ESTGOH. Contrariamente a todas as expectativas, a ESTGOH vai chegar ao final do ano de dois mil e onze sem qualquer ruptura financeira. A ESTGOH cabe dentro do seu orçamento. Para dois mil e doze, fizeram-nos o seguinte: fecharam um curso, prometeram que os professores de engenharia civil iriam para Coimbra e ainda não foram. Estão cá. Há duas maneiras de morrer: a falta de alimentos e o excesso de alimentos. Portanto, deixarem-nos cá os professores. Assim, o que está ser feito, não é uma situação racional nem lógica. Isto tem sido denunciado. Posso dizer que os politécnicos do País estão connosco. Houve recentemente uma reunião nacional de dirigentes de politécnicos e de universidades e há um esmagador apoio à ESTGOH. Isso é uma situação que me deixa muito confortado.

Também vos queria dizer que, no próximo dia dezasseis de Abril de dois mil e doze, vamos ter, em Oliveira do Hospital, pela primeira vez, uma reunião geral de dirigentes de escolas, de reitores, de presidentes de politécnicos, de presidentes de escolas a nível nacional. De facto, é um apoio e é um sinal. E, às vezes, é nos sinais e nas entrelinhas que nós percebemos o posicionamento das pessoas e aquilo que nós queremos.

O que eu quero é muito claro: é poder continuar a trabalhar, é poder estar à frente de um Escola, que é uma Escola prestigiada, que é uma Escola que ganha prémios, uma Escola que nunca viu nenhum curso seu fechado pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior. É essa a minha missão.

Os professores da ESTGOH, naturalmente, estão preocupados. Também tenho que dar aqui uma palavra de solidariedade aos professores porque, na sua maioria, são contratados a prazo e têm alguma limitação, alguma dificuldade. Eles querem é trabalhar e precisam de ter condições para trabalhar. E vivem, hoje, alguma angústia e alguma preocupação.

É este o ponto de situação. Resumindo: fizemos a candidatura de dois novos cursos para o ano lectivo dois mil e doze, dois mil e treze. Estes processos, geralmente, demoram cerca de um ano a serem autorizados. Vamos ser agora avaliados pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior. Há cursos onde eu não temo nenhuma avaliação, como é o caso da informática porque, de facto, temos uma qualidade e um corpo docente brilhante. A nível de alguns cursos da Escola, a matéria humana que temos é brilhante. Aliás, quando nos aprovaram o mestrado em informática, houve até um elogio à qualidade do corpo docente. Soubemos atrair talentos para Oliveira do Hospital. As pessoas apenas querem trabalhar, querem que as deixem trabalhar e que não nos asfixiem financeiramente. De facto, hoje, o Politécnico vive a duas velocidades: há um conjunto de escolas que têm dificuldade em pagar a luz, em honrar os seus compromissos e, depois, há escolas – sabemos quais são – que não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

têm dificuldades financeiras.

Estratégia para o futuro: continuar a crescer, falar com as pessoas, falar com os alunos. Eu tive muitas conversas com os alunos porque eram instados a irem-se embora. E eu tive que fazer o contrário: falar com eles para não se irem embora. Muitos alunos ficaram. Alguns alunos foram-se embora mas não foram para o Politécnico de Coimbra. Portanto, o fecho do curso de engenharia civil já se percebeu que foi uma colossal estupidez, que não trouxe valor, nem ao Politécnico nem à ESTGOH. Aliás, eu até vos deixo uma pergunta: uma das críticas que fazem com frequência a Oliveira do Hospital e à ESTGOH é o reduzido número de alunos. Essa questão é falsa: Oliveira do Hospital é uma cidade mais pequena do que Coimbra, como Coimbra é uma cidade mais pequena do que outras cidades. Se em Coimbra há escolas com mil alunos, qual é o problema de, em Oliveira do Hospital, haver uma escola com seiscentos alunos? Não há aqui uma proporcionalidade? Tal como acontece com o Centro de Saúde: terá sempre menos médicos do que um Centro de Saúde em Coimbra ou em Lisboa. O que é desonesto é exigir à ESTGOH mil ou mil e quinhentos alunos porque a cidade e a região não têm a densidade demográfica. Portanto, seria demagogia, seria desonestidade intelectual, estar a exigir à ESTGOH, amanhã, dois ou três mil alunos. Eu não acredito nesses números.

Eu quero manter, aumentar de forma sustentada. Aliás, há um factor que contraria e que mostra a ética das pessoas: então, se o problema da ESTGOH é o número de alunos, tire-se um curso que tem noventa e oito alunos para dar mais alunos à ESTGOH? Faz sentido? Parece-me que não.

Estou à vossa inteira disposição, se pretenderem mais explicações.”

Terminada a intervenção do Presidente da ESTGOH, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Em relação ao que o Sr. Presidente da ESTGOH acabou de dizer, gostaria de dizer que foi sempre esta a postura de trabalho entre o Município e a Escola. Houve sempre esta postura, percebendo que o próprio Presidente da Escola Superior, em algumas fases, não podia fazer determinado trabalho por uma razão simples: olhamos para ele e percebemos que ele está sujeito a uma estrutura hierárquica do IPC.

Mas não o impediu de tomar sempre medidas frontais. E ele, hoje, descreveu o historial da ESTGOH de uma forma brilhante, na minha opinião.

Quando, em Junho, houve aqui a conferência de imprensa, ficámos todos tranquilos. Cada um foi à sua vida, cada um foi fazer o seu trabalho.

Eu gostaria que esta fosse a última vez que a Escola estivesse aqui a ser debatida por este problema que é a sua extinção.

Gostava de retratar uma determinada situação que ocorreu no dia da sessão solene de abertura do ano lectivo da ESTGOH. Eu, porque vinha de uma sessão na ARCIAL, já não ouvi o discurso do Sr. Presidente da ESTGOH mas li-o posteriormente e foi brilhante. E cheguei, acompanhado do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Sentei-me e fiquei incrédulo a partir de uma determinada altura com o discurso do Sr. Presidente do IPC e com o que ele estava ali a afirmar. E houve uma altura no discurso que eu disse ao Sr. Presidente da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia que achava que não ia deixar o Presidente do IPC acabar o discurso porque era uma provocação à Escola e ao concelho de Oliveira do Hospital. E estive muito determinado para lhe interromper a palavra. Mas o Sr. Presidente da Assembleia Municipal convenceu-me a deixá-lo acabar o discurso. Mas a minha vontade era interromper porque *“quem não se sente, não é filho de boa gente”*.

Quando uma pessoa ouve o Sr. Presidente do IPC proferir uma frase assim – e não sei para quem era –: *“andam aqui a brincar com o fogo mas ainda se hão-de queimar”*... Nós, termos defendido os interesses do nosso concelho e da Escola, ele disse-nos que era andar a brincar com o fogo e que nos havíamos de queimar... Mas não foram só estas palavras; isto foi só um exemplo. Mas houve muito mais. Disse também *“não quiseram fechar uma Escola mas agora, se calhar, vão ter que fechar outras”*. Isto tudo num estilo provocatório e de retaliação em relação à forma como nós defendemos a ESTGOH.

No final, levantei-me, dirigi-me a ele com educação e ia para lhe dizer que lamentava o conteúdo do discurso dele e que o achava uma vergonha. Mas o Sr. Presidente do IPC nem me deixou falar. Logo que cheguei ao pé dele, depois de o cumprimentar, ele disse-me: *“estou à espera de um pedido de desculpas seu por aquilo que afirmou nos jornais sobre mim”*. E eu retorqui: *“não, Sr. Presidente, quem está à espera de um pedido de desculpas é a Escola, é a Câmara Municipal e é o concelho de Oliveira do Hospital pelos prejuízos que o Senhor causou”*. Depois desta frase, dita ainda num tom sereno, virei-me para ele e disse-lhe: *“o Senhor é um incendiário e veio aqui tentar incendiar isto mas vou dizer-lhe que vai continuar a ter a luta”*. Isto já foi dito de uma forma mais forte e veemente.

A seguir, virei-lhe as costas, chamei a comunicação social e fiz declarações sobre o assunto. Não se passou ali nenhuma arruaça. Mas houve algumas pessoas do nosso concelho que interpretaram isso como se eu tivesse lá ido fazer uma arruaça. Eu tenho um princípio de há muitos anos: quem não se sente não é filho de boa gente. E eu, ali, senti-me ofendido. Sempre fui assim na minha vida e assim serei. Mas digo-vos que, por minha vontade, tinha-o interrompido e não o tinha deixado acabar o discurso.

Eu e o Dr. Jorge Almeida percebemos algumas coisas e temos trabalhado em conjunto. O Dr. Jorge Almeida também não disse aqui algumas coisas que são verdades: o ambiente dentro da própria Escola e a sedução que houve de Coimbra, do IPC, em relação a docentes da Escola. E isto também fragilizou a Escola. Só que penso que os professores agora têm outra consciência de que, aquilo que lhes prometeram, era só algum tempo.

Enviei uma carta ao Sr. Secretário de Estado a pedir uma reunião, uma reunião de bom-senso, onde sugeri que estivessem presentes o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da ESTGOH e o Presidente do IPC. Nós precisamos de falar os três à mesma mesa.

E o que eu fazia hoje aqui era um apelo à Direção do IPC e ao Dr. Rui Antunes para que tratem este assunto com toda a seriedade e que nos ajudem – pois é essa a sua obrigação – a criar uma nova oferta formativa para que esta Escola tenha futuro. Tem que haver um passo de nos sentarmos à mesma mesa para resolver este problema.

Há por aí algumas pessoas, incluindo alguns políticos, que acham que a Câmara Municipal não tem feito o suficiente em relação à Escola Superior. É uma coisa inacreditável.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É preciso dizer que, se a Escola está aberta, é devido a ao papel determinante da Câmara Municipal em conjunto com a Escola. Mas há pessoas que ainda não perceberam isso e que acham que a Câmara Municipal tem culpa de não termos cá mil alunos. Não. A Câmara Municipal tem feito tudo o que está dentro da sua disponibilidade.

Tivemos grande disponibilidade na luta, continuaremos a ter, mas há problemas que temos que equacionar. O problema das instalações da Escola é algo que me preocupa. Temos um projecto feito para a Escola mas que, com a alteração das condições financeiras a nível nacional, só se pode fazer se estiver no Quadro Comunitário, como estava combinado com o Governo anterior.

Também há uma hipótese de solução que inventámos há pouco tempo. As decisões sempre foram tomadas ouvindo outras partes e a parte interessada nisto é a Escola, pelo que é sempre chamada na tomada de soluções.

Por outro lado, quando afirmei que a Câmara de Oliveira do Hospital tinha condições para avançar sozinha para as novas instalações, tal correspondia à verdade pois existiam condições financeiras para o fazer. Mas também é preciso perceber qual é o futuro da Escola. Fazemos uma Escola nova e depois? Não admito o fecho da Escola mas, se a fazemos e depois não temos alunos? Não contem comigo para fazer umas instalações novas para, depois, serem um “elefante branco” no concelho.

Mas talvez haja outra solução, ainda muito ténue, mas que era uma forma de minorar as coisas e de dar dignidade às instalações da ESTGOH, que também é algo que eu quero.

Também gostava que a próxima vez que estivéssemos aqui a falar da Escola que fosse das suas instalações, de como é que as vamos melhorar com novos cursos e a falarmos de boas notícias. Que o ano de dois mil e doze nos traga este desafio pois acredito que é possível que este combate seja um combate de bom-senso e com algum equilíbrio. É preciso diálogo e nós temos que nos sentar com as pessoas. Da parte do Município, comprometo-me em fazer esse trabalho, que é fundamental para Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng^o Carlos Maia:

“Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Presidente da ESTGOH por se ter disponibilizado a vir aqui prestar os esclarecimentos que ouvimos há pouco. Talvez tenha sido um pouco responsável pela sua presença aqui, já que, na última Assembleia Municipal sugeri ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara que solicitasse a sua vinda para nos poder esclarecer aquilo que acabou de nos referir aqui.

Claro que uma coisa é o que lemos na comunicação social, outra coisa é aquilo que o Sr. Presidente da Câmara nos tem esclarecido nas diversas sessões e outra coisa é aquilo que ouvimos hoje da parte do Sr. Presidente da ESTGOH. Foi importante porque há sempre pormenores e há sempre coisas que não são ditas. Ou, porventura, se são ditas, às vezes são omitidas ou nem aparecem na comunicação social ou nas conversas que aí acontecem pelas ruas, pelos cafés e pelas esquinas. Foi bom ouvirmos de viva voz do Sr. Presidente da ESTGOH como é que a ESTGOH está, qual foi o ataque cerrado, injusto e – sabe-se lá – com que intenções, que foi feito pelo Sr. Presidente do IPC à ESTGOH de Oliveira do Hospital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Obviamente que não vamos “baixar os braços” nesta luta. Iremos estar ao seu lado, todos os oliveirenses, nesta luta. E seguramente que iremos estar todos muito atentos, até por outros motivos. Uma das coisas que o Sr. Presidente da ESTGOH disse há pouco, eu também já o tinha referido e que é a responsabilidade do encerramento da Escola. Obviamente que é do Governo, não é do Sr. Presidente do IPC. Temos que estar atentos, até por outros motivos. O Sr. Presidente da ESTGOH já deve ter ouvido falar nisso, que este Governo vai fazer uma reestruturação ao nível do ensino superior, onde serão incluídos também os institutos politécnicos.

Portanto, isto ainda não acabou. Ainda que, porventura, tivesse havido o adiar de uma situação, Oliveira do Hospital ganhou uma batalha, ainda não ganhou a guerra. A guerra não acabou, está aí e vai continuar. Se a guerra não fôr por via da teimosia do Presidente do IPC, vamos ter que a enfrentar numa reestruturação do ensino público, certamente.

Assim, a questão vai continuar a estar em cima da mesa. Temos que estar muito atentos, muito unidos, a falar numa só voz, para defender a ESTGOH em Oliveira do Hospital. E eu prevejo que vá ser uma luta complicada.

E há sempre formas sub-reptícias de nos desviarem a ESTGOH, também já temos noção disso. Mas não sei como vamos lutar contra essas formas mas temos que lutar contra elas, seja de que maneira fôr. Se fôr necessário ir para a rua, ir para a estrada, lá estaremos.”

Intervio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Sobre esta questão da ESTGOH, nós temos ouvido informações, ouvido razões, e já vai em largas horas assim. Então, o que fazer para defender e promover a ESTGOH com eficácia? Esta é que é a questão. Nós já nos ouvimos uns aos outros, aqui no nosso Município. E agora? É que a ESTGOH é, em primeiro lugar, um problema político. É um problema político e muito menos um problema de gestão. Político em matéria de descentralização e democraticidade da educação e do ensino. Política de Governo Central. Política de orçamentação e desorçamentação na educação e no ensino. Política de cortes, cortes e mais cortes, a mando dos troikianos de turno. A questão, o debate, a reclamação, hoje tem que passar por um sítio onde tem que se colocar: no Governo. E já disse isto aqui uma vez: o Presidente do IPC já não é bode expiatório. Neste momento, já sabemos o que podemos esperar do indivíduo. É Presidente do IPC, está no exercício das suas funções e competências, está também metido no aperto dos cortes orçamentais. O que é que esperamos daí? Ou se coloca a reclamação, a proposta, o diálogo, no Governo ou quem vai ter a culpa do encerramento da Escola... Porque a Escola é para encerrar no âmbito das políticas governamentais. Eu repito: a Escola é para encerrar. De quem vai ser a culpa? Do Presidente da IPC? Do Presidente da Câmara? Do Presidente da ESTGOH? Do Município de Oliveira do Hospital? E nunca será do Sr. Ministro da Educação, melhor dito, do Sr. Primeiro Ministro e do Ministro das Finanças. Porque os outros são Directores-Gerais. Aliás, se quisermos fazer uma proposta para poupar em termos de gastos do Estado, fica o Primeiro Ministro, o Ministro das Finanças e os Directores-Gerais. Mas para que é que é preciso o Ministro da Educação, o Ministro da Saúde ou o Ministro da Agricultura, se quem manda é o das Finanças? O troikiano de serviço, o delegado do Banco Central Europeu, o cobrador de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impostos ao serviço do Banco Central Europeu e da banca alemã é o Ministro das Finanças. Já não há PIDDAC no Orçamento de Estado. E não há PIDDAC porquê? Também já não valia muito. O problema já vem de trás, estes não inventaram nada de novo nem são melhores nem piores do que os que lá estavam antes; são iguais, no essencial. Portanto, já não há PIDDAC. E porquê? Porque a transparência do Orçamento de Estado não interessa, assim fica tudo muito mais livre para se ajudar e financiar os compadres da política. Porque é isso que está a acontecer e é isso que vai acontecer.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara, não se iluda. Ou o Município se põe “a pau”, com a cidade, com a população, na luta pela defesa da ESTGOH ou a ESTGOH é fechada. Ou a questão se coloca no Sr. Ministro da Educação, no Sr. Primeiro Ministro e também na Assembleia da República, ou a ESTGOH é fechada. E, depois, a culpa vai ser do Presidente da Câmara, da Presidência da ESTGOH e ainda do Presidente do IPC.

Sr. Presidente da Câmara: e, quando se entender interromper um discurso seja a quem fôr, interrompa-se. E quem não gostar, que “ponha ao lado do prato”.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da ESTGOH tomou novamente a palavra, para fazer a seguinte intervenção:

“Houve aqui algumas afirmações que foram ditas e que, de facto, correspondem à realidade e convém acrescentar algum detalhe.

O Sr. Eng^o Carlos Maia falou de uma questão que é pertinente e que convém clarificar. E é esse papel que hoje eu tenho aqui: é clarificar e, quando sair daquela porta, que no espírito dos deputados municipais e do Executivo não haja dúvidas.

De facto, o que está a ser feito é o esvaziamento. Começou com o curso de engenharia civil. Na altura, foi aqui dito pelo Sr. Presidente do IPC, em conferência de imprensa, que fechava este curso. Mas, entretanto, fomos descansados pois deixariam abrir outro curso, na área das energias alternativas, para termos uma ponte mais reforçada com a Plataforma pois temos projectos em comum. Foi nesse espírito que foi aqui feita a conferência de imprensa.

O que se está a fazer, neste momento, é uma situação que, na minha opinião, é pouco transparente. O fecho de uma escola é uma coisa muito complicada em termos formais. Demorará sempre de dois a três anos. E por uma questão muito simples: é preciso fazer uma alteração estatutária. E a alteração estatutária demora de um ano e meio a dois anos. E sei disso porque fui eleito Presidente da Assembleia Estatutária da ESTGOH e, depois, os meus colegas ainda me voltaram a eleger para ser o representante na Assembleia Estatutária do IPC. Sei que foram trinta e tal reuniões, que, muitas vezes, acabavam muito tarde. Nesse processo de consulta, a Câmara tem que ser ouvida, as juntas têm que ser ouvidas, tudo tem que ser ouvido. Esse processo demora muito tempo. E, depois, tinha que ser apoiado pelo Governo. Ora, o Governo veio dizer, de forma cristalina, que não fecha coisa nenhuma.

Portanto, o CCISP diz que é contra o fecho de qualquer escola porque o fecho de qualquer escola não resolve nada. Isto porque os custos já existem e, transferir custos de Oliveira do Hospital para Coimbra, não traz nada positivo. Admito que os meus funcionários, que são pessoas esforçadíssimas, são pessoas que eu, na abertura das aulas, fiz um agradecimento público... Com esta agitação toda têm sido um grande apoio. Mas estas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peças terão a vida num inferno porque, quem ganha quinhentos euros e tem um carro a gasolina, não pode ir todos os dias para Coimbra.

Aquilo que se está a passar é uma tentativa de esvaziamento que, depois, poderá conduzir ao fecho. Não pode encerrar mais nenhum curso. Nós, com estes cursos que temos, se tivermos mais dez anos, não serão atractivos. Temos que perceber que, cursos que eram atractivos há dez anos, como engenharia civil, que enchia as vagas todas, hoje não enche em lado nenhum.

Eu defendo a mudança e defendo novos cursos para Oliveira do Hospital. Mas eu, para trocar, preciso de ter um interlocutor. E, se não me deixarem trocar, eu sozinho não o posso fazer. Para isso, terei que, lentamente, respeitando os direitos dos professores e dos alunos, passar esses cursos para Coimbra e virem novos cursos, mais atractivos, para Oliveira do Hospital. Mas há uma coisa que eu vos quero dizer: eu só aceitarei trocas que tragam valor à ESTGOH. Trocar por nada, não troco. Se me deixassem ter aqui aquilo que eu quero, que são cursos na área da saúde, eles enchem. E sabem porquê? Porque há milhares de alunos que ficam de fora. E alguém tem dúvidas que os milhares de alunos que ficam de fora, em Coimbra, podiam vir para Oliveira do Hospital? Isto é um problema fácil de resolver. É preciso é que nos deixem trabalhar.

E há uma coisa que têm que entender: o Presidente do IPC não precisa da minha assinatura para nada mas eu preciso da assinatura dele para tudo. É preciso fazer aqui um trabalho de influência, um trabalho de pressão, por vezes discreto.

Tivemos esta situação em Agosto, que não nos trouxe alunos. Afastou-os da ESTGOH. Trouxe agitação.

Para terminar, quero dizer o seguinte: enquanto eu estiver à frente da ESTGOH, conto com o apoio do Sr. Presidente da Câmara e do seu Executivo, nomeadamente o seu Vice-Presidente, que sempre estiveram a par, sempre trabalhamos em directo, sempre nos telefonámos, se preciso à meia-noite ou às duas da manhã. Fomos todos surpreendidos. Naqueles minutos iniciais da nossa conversa, em Agosto, o Sr. Presidente da Câmara nem queria acreditar numa coisa daquelas.

O problema não é financeiro porque todo o País tem que viver com menos. A Câmara também vive com menos dinheiro. Mas, o que esta Câmara tem, é uma redução semelhante às outras, não tem o triplo de redução que têm as outras câmaras municipais. Eu admito viver com sacrifícios. Eu estou disponível para a mudança. Estou disponível para, no limite, mudar todos os cursos da ESTGOH. Há que reconhecer que esta Escola foi criada há onze anos, contra a vontade de algumas pessoas que, hoje, estão no poder no Politécnico. É preciso não esquecer isto.

Eu estou disponível para a mudança. Estou disponível para trocar os quatro cursos de licenciatura que existem, os dois mestrados que existem, os CET's que existem, por cursos que tragam mais atracção. E nós sabemos quais são. Todos temos acesso às estatísticas do Ministério e sabemos que há cursos, como fisioterapia, como terapia da fala, como saúde ocupacional, em que o último aluno entra com média de dezassete e que ficam seis ou sete mil alunos na rua.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas eu sei que, cursos como engenharia civil, engenharia informática ou marketing, hoje não atraem tanto.

Portanto, no nosso campeonato, a nível de cidade, a nível de dimensão – Idanha, Lamego, Póvoa de Varzim, Felgueiras – não fechou nenhuma escola. E o CCISP não consente o fecho de nenhuma escola. O Governo não consentiu, as escolas estão connosco. Cada vez temos mais aliados nesta luta, que é de todos. A Escola traz valor a esta região, traz valor a Oliveira do Hospital. Eu não admito, sequer, a hipótese de fecho. Obviamente farei tudo para que a Escola possa readaptar-se porque, se ficarmos com estes cursos mais cinco ou seis anos, daqui por uns anos não vamos ter alunos e a Escola fecha mesmo.

Temos que ter uma postura de inteligência, de negociação. Isso está a ser feito com as outras escolas e a verdade é que temos tido o apoio das outras escolas. A Escola Agrária está disponível para trabalhar connosco, se a deixarem. A Escola de Saúde está a trabalhar connosco. Temos parcerias com outras escolas.

A nível de *ranking* e contrariamente ao que muitas vezes se diz, Oliveira do Hospital não está nos lugares de baixo. Pelo contrário, estamos na metade superior de ocupação, em escolas de dimensão semelhante à nossa.

Quando temos uma Escola com seiscentos alunos, queremos crescer para setecentos ou para oitocentos. Admitimos que vamos passar alguns anos de alguma dificuldade, fruto desta agitação. Mas a Escola atrai alunos dos PALOP's, dos Açores, da Madeira, de Países fora da Comunidade Europeia. Temos alunos que vêm da China, que vêm das repúblicas socialistas soviéticas. Um ou outro caso nem tem relações diplomáticas com Portugal. Todos estes alunos vêm para Oliveira do Hospital, são bem recebidos. De facto, eu continuo a achar que a ESTGOH é um instrumento de coesão territorial.

Eu tenho orgulho na ESTGOH porque eu tenho orgulho em funcionárias que trabalhavam em supermercados, que ganhavam o ordenado mínimo – nada tenho contra essas pessoas – mas que hoje são engenheiras civis, já não ganham o ordenado mínimo mas continuam a viver aqui em Oliveira do Hospital.

E é esse o papel da ESTGOH: enriquecer Oliveira do Hospital, trazer quadros qualificados, trazer pessoas que montam empresas. É esse o valor que eu quero ver: o valor da tecnologia, o valor da iniciativa individual. A ESTGOH não é só uma Escola, é um elemento catalisador que traz riqueza a Oliveira do Hospital.

Quanto aos professores: dos trinta professores da ESTGOH, há alguns que só estão há um ou dois anos na Escola. Não tem esta identidade. Estão aqui, como poderiam estar no Algarve ou no Minho. Não se pode exigir a essas pessoas um sentimento de luta, de pertença. A mim, podem-no exigir porque eu devo tudo a esta Escola. Fui eu que estreei a Escola e dei aqui a primeira aula. Fui eleito para vários cargos: fui duas vezes Presidente do Conselho Científico, fui eleito para a Assembleia Estatutária. E, passados dez anos, cheguei à Presidência da Escola, eleito pelos meus colegas. Mas, obviamente, não posso exigir a um colega meu, que vem aqui duas tardes, que está aqui a tempo parcial porque dá aulas noutra universidade, que tenha a mesma postura de luta que eu tenho, que estou cá todos os dias e que vivo disto. Eu não tenho mais nada na minha vida. Esta é a minha guerra do dia-a-dia. Eu



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estou disponível para trabalhar, todos os dias, vinte e quatro horas por dia. Estou sempre disponível.

Para terminar: a ESTGOH funciona todos os dias, desde as oito e meia da manhã de segunda-feira às dez da noite de sábado. Hoje estão a decorrer duas turmas de mestrado. O nosso mestrado em Comunicação e Marketing está cheio. Alguns dos nossos alunos até pernoitam por aqui. E é esta vivência, é este espírito de coesão. E eu acho que o Governo não vai ser insensível a isto. Todo o leque político está alinhado com a ESTGOH, o Executivo está alinhado com a ESTGOH.

Temos que reformular, sim. Temos que mudar os cursos, sim. Mas vamos fazê-lo de forma negociada, de forma séria. Estou cá. Quero que me ajudem a resolver esta questão e tenho disponibilidade total para trocar os cursos todos, com uma condição: que nos tragam mais valor.”

Terminadas as intervenções sobre as questões que envolvem a ESTGOH, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. António dos Santos Lopes tomou a palavra para fazer a seguinte declaração:

“No passado dia 2 de Novembro, completaram-se dois anos sobre o início do nosso mandato, o mesmo é dizer que estamos a meio da legislatura, que não do mandato.

Em democracia, e porque não dispõe o Executivo Municipal de maioria absoluta, sufragada nas urnas, impõe-se a humildade democrática de reconhecer, à oposição, porque maioritária, o direito democrático de poder equacionar, a todo o tempo, outras opções.

Contudo, o que aqui nos traz é o desejo de fazer um balanço sucinto da nossa vida colectiva, no que à gestão autárquica municipal diz respeito, ao longo destes dois anos.

Queremos salientar um ponto que nos é particularmente caro que é a vivência de um clima de diálogo, participação e discussão democrática, que hoje se vive no Concelho. E de que são visíveis os resultados.

Registar o clima de compreensão, tolerância e de cultura, genericamente construtiva, que se tem vivido nesta Assembleia.

Registo com especial agrado, a presença regular da liderança dos partidos da oposição nesta Assembleia, que, saúdo e agradeço, e cuja presença são um exemplo da preocupação e empenho de toda a classe política concelhia.

Registo a cooperação e entendimento dos Senhores Presidentes de Junta e o espírito de entejuda com o Executivo Municipal, garantindo assim, o melhor aproveitamento das sinergias humanas e financeiras, na resposta às muitas solicitações a que uns e outros estão sujeitos.

Porque é de justiça, teremos que reconhecer que igual cooperação e empenho temos notado na Câmara Municipal, o que naturalmente se regista, aplaude e apoia.

Não podemos deixar de transmitir uma mensagem de apreço e gratidão, ao Executivo em permanência, com natural destaque para o Sr. Presidente da Câmara.

Quem quiser ser justo, terá que reconhecer a vontade inquebrantável do Sr. Presidente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara na resolução dos principais problemas com que nos temos confrontado, mas, também, face às dificuldades de toda a ordem, que a cada dia se avolumam, no cumprimento do programa com que se apresentou ao Concelho e aos Oliveirenses.

Nos dois principais vectores do compromisso então assumido: emprego e saneamento básico; tem sido possível suster o flagelo do desemprego, ao mesmo tempo que continua em ritmo muito satisfatório a construção e entrada em funcionamento de um número significativo de ETAR's, que, com outras em fase de conclusão, vão garantir a quase total cobertura do Concelho.

Não posso deixar de realçar a preocupação crescente com a vertente de apoio social à população fragilizada, cada vez a pedir mais atenção.

No despuadorado ataque perpetrado contra a ESTGOH, tem o Sr. Presidente da Câmara assumido, sem peias nem hesitações, a defesa intransigente desta escola de ensino superior, defesa que temos que continuar a manter, para a qual estamos todos convocados, e, não tenho dúvidas, estaremos todos presentes.

Completaram-se já três das mais importantes obras começadas pelo executivo anterior e de que destaco a Biblioteca Municipal, a Estrada do Vale do Alva (3ª fase) e a ligação de Oliveira do Hospital a Nogueira do Cravo, esta com relevantes melhorias no projecto inicial. Iniciou-se e conclui-se a ligação Ponte do Salto – Seixo da Beira, com ligação a Travancinha, obra que acesas discussões suscitou nesta casa e cuja conclusão reforça – e de que maneira – a segurança na zona da Cordinha.

Realço também o início da construção do centro escolar de Nogueira do Cravo, e a perspectiva muito forte de surgirem condições para a construção do Centro Escolar da Cidade de Oliveira do Hospital.

O Município de Oliveira do Hospital é o que apresenta melhor desempenho na taxa de execução de obra da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN) com uma taxa de execução de cerca de oitenta por cento.

São conhecidas as dificuldades que o País atravessa às quais, o nosso Município e o nosso Concelho não são imunes.

Todos estaremos de acordo que é quase tudo aquilo que nos une e muito pouco o que nos divide.

Por ser assim, ao mesmo tempo que agradeço a postura democrática e sentido de responsabilidade de que todos demos provas nestes dois anos, sem prejuízo das naturais divergências e da crítica que se pretende enérgica, atempada e construtiva, na qualidade e responsabilidade em que, por vossa vontade e decisão estou investido, a todos exorto a mantermos este rumo, na procura das soluções que melhor sirvam o Concelho, e os Municípes que nos elegeram e em nós confiaram.

Aos Municípes, especialmente aos mais críticos da nossa actividade e decisões, também a eles exorto que se juntem a nós e, aqui, na casa da democracia, nesta mesma tribuna – a que também têm direito – nos ajudem a melhorar e cumprir a nossa missão e a melhor servir o nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aos Senhores Jornalistas o meu reconhecimento e agradecimento pelo vosso trabalho na divulgação dos nossos debates e decisões e na divulgação do nosso Concelho, que tão bem têm feito.

A todos muito obrigado.

Partilho convosco Votos de um Feliz Natal, e apesar das anunciadas dificuldades, um Bom Ano Novo de dois mil e doze, naturalmente extensivo a todos os Municípes do nosso Concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho Marques, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui hoje é novamente o pedido que fiz ao Sr. Presidente na última Assembleia em relação ao famigerado Livro Verde. Daí para cá, não houve muitas conclusões mas houve alguns desenvolvimentos. Nós sabemos que esse mesmo documento continua em estudo. Ainda não foi deliberado como é que será concluído. Mas nós, a freguesia de Alvôco das Várzeas... E não só porque temos tido algum *feedback* com outras freguesias que se encontram na mesma situação e chegamos à conclusão que devemos estar muito atentos. Porque isto é assim: este documento, como muita gente já o disse, foi feito “a régua e esquadro”. E “a régua e esquadro” apanhou a freguesia de Alvôco das Várzeas, que nós consideramos ser lamentável pela sua história, pelo seu património, pela sua identidade. Em Alvôco das Várzeas há vestígios de que é uma povoação que existe antes da nacionalidade. É uma freguesia muito antiga, que tem muita história e, acima de tudo, o que nos orgulha muito é a nossa identidade.

Nós temos feito algumas *démarches*, temos ido a algumas reuniões com alguns Presidentes que também estão aqui. E temos lutado bastante contra esta posição decisão de extinção de algumas freguesias. Como eu disse, a freguesia de Alvôco das Várzeas já demonstrou em muitos sítios onde estive que está contra a extinção de qualquer freguesia.

Tomámos algumas iniciativas, desde o fórum das freguesias em Alvôco das Várzeas, onde saiu um documento que foi amplamente noticiado na comunicação social e do qual acho que todas as pessoas têm conhecimento.

Também pedimos ao Presidente da Assembleia de Freguesia uma reunião extraordinária para debatermos, com todas as forças representadas naquela Assembleia, a decisão, no caso deste Livro Verde vir a ser aprovado tal como está. Nessa Assembleia foi repudiado, unanimemente, a possível decisão de extinção da freguesia. Foi dito que a população está contra e não aceita qualquer extinção.

Mas, como não estávamos muito bem seguros, nesse dia também deliberámos reunir com a população. Reunimos no dia onze de Dezembro. Foi bastante participada. Convidámos o Sr. Vice-Presidente da Câmara que, amavelmente, esteve presente. Foi explicada toda a situação em relação à situação da extinção da freguesia. Foi-nos dado um voto de força para que, se tomássemos medidas mais drásticas, teríamos todo o apoio de que necessitássemos pois a freguesia não iria virar as costas a qualquer decisão que a Junta de Freguesia tomasse na salvaguarda dos interesses da freguesia.

Neste contexto, vinha apelar a todos os envolvidos neste processo e ao Sr. Presidente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para nos ajudarem nesta luta que seria desigual. E nós, ao dizermos que a luta seria desigual, saberíamos do que estávamos a falar porque o Livro Verde contemplava as freguesias mais pequenas, onde há menos gente para reivindicar. Nós já temos dito algumas vezes que o voto de Alvôco das Várzeas vale tanto como os votos de Lisboa, embora também já tivessem dito – e eu concordo – que tem muito menos força.

Democraticamente, penso que vamos fazer prevalecer esta nossa vontade. Vamos continuar a lutar. E já há muitos mais Presidentes de Juntas que estão muito mais sensíveis nesta luta. Penso que esta luta será muito maior. Com vontade, iremos levar o barco a bom porto.

Também quero falar num outro problema que Alvôco tem e que já expus numa reunião pública da Câmara Municipal. No dia doze de Janeiro, vai ser desligado o emissor de televisão de São Macário. Alvôco das Várzeas tem um retransmissor no Barroqueiro, que foi pago pela Junta de Freguesia. A PT não prevê alterar os sistema que está lá e que é o sistema analógico para o sistema digital. Como Alvôco só recebe o sinal daquele retransmissor, fechando o retransmissor de São Macário, ficamos sem os Canais 2 e 3, porque ainda teremos o sinal do Canal 1 a partir do Marão. Eu vim sensibilizar a Câmara Municipal para esta situação porque penso que Alvôco, para além de outras, está a ser discriminado nesta situação.

O Sr. Presidente da Câmara também já recebeu um documento da ANACOM. E admira-me bastante porque há várias freguesias do nosso concelho que também vão ter esse problema: Vendas de Galizes, Meruge, Penalva de Alva, São Gião, entre outras.

Temos que estar muito atentos a esta situação. Penso que a PT não é exclusivamente a culpada pois até vejo boa vontade na PT em alterarem alguns retransmissores de analógicos para digital. Mas eles não são obrigados pois o negócio que foi feito há já algum tempo, foi feito assim. E nesse documento, dizem que só são obrigados a cobrir oitenta e sete por cento do território nacional. Mas, no documento, não diz que é oitenta e sete por cento do terreno mas sim das pessoas. Ora, oitenta e sete por cento das pessoas estão em Lisboa, no Porto e pouco mais. Portanto, o documento já foi mal feito, à partida.

Temos que estar atentos. A partir do dia doze, na maioria dos casos vamos ficar sem os Canais 2 e 3 e, a partir de vinte e seis de Abril, quem estiver na zona sombra terá que ter uma antena parabólica, terá que a pagar.

Queria, assim, pedir ao Sr. Presidente que tomasse nota e também queria sensibilizar as pessoas que vão ter este problema que teremos que estar atentos a esta situação para que povo do interior não seja mais discriminado do que já foi até agora.

Eu achei muita piada, há pouco, ao Sr. Presidente da ESTGOH quando disse que não era pelo dinheiro que a ESTGOH fecha pois os gastos são os mesmos. Nestes casos, também não é pela simbólica quantia que custará a transferência de uma aparelhagem analógica para digital no caso do emissor do Barroqueiro.

Por fim, queria deixar um pensamento: os nossos Governos, através dos tempos, parece que, em vez de aprenderem com os erros dos outros, cada um quer cometer o erro mais grave e com maior impacto que os outros.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Queria congratular-me com o seguinte: ao longo dos últimos anos fui um dos principais críticos, quer contra o actual Executivo, quer contra outros anteriores, quanto à política que se praticava na divulgação de eventos e outro tipo de iniciativas, em que a Câmara “intoxicava” e era um mau exemplo com a colocação de vários painéis e cartazes espalhados pela cidade e que não tinham eficácia nenhuma. Com a vinda mais recente da candidatura para a colocação de novos mupis, espero que acabe, em definitivo, a dita “intoxicação”. Também queria aqui relevar a colocação das ilhas ecológicas do lixo indiferenciado.

Queria aqui também pedir um reforço porque já começo a ficar um bocado alarmado para a situação e que tem a ver com o aumento de actos de vandalismo, principalmente dentro da cidade e nas localidades limítrofes: vandalismo de sinalética, de ecopontos e até monumentos. Isso, sinceramente, começa a preocupar-me. Eu não quero ser irónico mas antes havia maior visibilidade das autoridades em termos pedonais e agora, que há crise, cada vez o vejo menos a pé e mais de carro. Há aqui um contra-senso e eu, sinceramente, queria pedir que a Câmara reforçasse o pedido, tendo em conta isto que se vem a passar e que é alarmante.

Por fim, queria referir que se realizou, nos passados dias dois e três de Dezembro, em Portimão, o Congresso da ANAFRE, no qual estiveram presentes alguns autarcas de Oliveira do Hospital. Por um espírito de solidariedade, acima de tudo, e também porque sou contra a forma do Documento Verde da Reforma da Administração Local... Nota-se que é um documento que foi feito “em cima da mesa” e por pessoas que, acima de tudo, não têm conhecimento de causa. Mas já é uma prática em voga. Eu já uma vez disse isto e deixo aqui este reparo às comissões políticas e concelhias: como é possível deputados eleitos à Assembleia da República terem consciência da verdadeira realidade dos nossos problemas e necessidades e, conseqüentemente, o defenderem na Assembleia da República se esses mesmos Senhores, que nem raízes têm, muito menos conhecimento ou sensibilidade, e por apenas questões de salvaguarda de interesses político-pessoais, são candidatos por distritos que nada lhes dizem? Isto é: logo aqui perdemos força e representatividade na defesa e salvaguarda dos nossos interesses locais. E penso que isto poderia servir de ponto de partida pois, muitas vezes, há candidatos aqui ao círculo de Coimbra que nem Coimbra conhecem e muito menos Oliveira do Hospital.

Tomei a iniciativa de uma moção, que depois foi subscrita pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de São Gião, de Travanca de Lagos, de Vila Franca da Beira, Presidente da Assembleia de Freguesia de Oliveira do Hospital, Secretário de Travanca de Lagos. Fui o primeiro subscritor da moção, a qual foi, depois, votada por maioria. Passaria a ler um extracto da mesma, para que dela tenham conhecimento:

“Foi com muito prazer que este fim-de-semana, e após uma viagem de mais de 500km me desloquei para este Congresso, nesta acolhedora cidade de Portimão.

Digo isto porque acima de tudo, enquanto autarca eleito, o principal objectivo que me move desde o início nas minhas funções, é o de contribuir e zelar pelas causas sociais, algo que me é já comum enquanto simples cidadão mas, agora reforçado no uso de determinadas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências.

Também porque para mim é uma força motivadora, lutar contra aqueles que acima de tudo salvaguardam os seus interesses pessoais, refugiados em cargos políticos, que de uma forma geralmente eficaz os têm sabido encenar, e que com um uso e abuso de poder com o quero, posso e mando nos têm iludido e enganado pois, o que ontem era verdade, hoje é mentira.

Mais, e deixo aqui uma recomendação para todos aqueles que fazem parte de Comissões Políticas Concelhias e Distritais:

Como é possível determinados deputados eleitos terem consciência da verdadeira realidade dos nossos problemas e necessidades, e conseqüentemente os defenderem na Assembleia da República, se esses mesmos senhores que nem raízes têm, muito menos conhecimento ou sensibilidade, e por apenas questões de salvaguarda de interesses político-pessoais são candidatos por Distritos que nada lhes dizem?

Isto é, logo aqui perdemos força de representatividade na defesa e salvaguarda dos nossos interesses locais.

Sinceramente, estou saturado de tanta hipocrisia e cinismo que nos rodeia em termos políticos, ainda mais quando os mesmos advêm de pessoas em que para eles a política é apenas um factor de elevação pessoal mesmo quando a sua competência é duvidosa.

Diria mais, ou não houvessem tantos teóricos com grande ignorância de sentido prático, talvez tivéssemos um Portugal melhor.

Isto é, em contrário não se diriam e propor-se-iam tantas asneiras que em nada têm a haver com a realidade social de um Povo, o nosso.

Tal como muitos autarcas aqui presentes, sou Presidente de uma Junta de Freguesia de uma região do Interior do País – venho como outros colegas, do Concelho de Oliveira do Hospital, que se situa no Interior Norte do Distrito de Coimbra.

Sim, vimos de um Interior, esquecido, abandonado, envelhecido, em risco de desertificação, onde as assimetrias de Desenvolvimento com o Litoral são cada vez mais evidentes e insultuosas para a dignidade dos cidadãos.

Este é o meu, o nosso, grito de revolta, um clamor contra a indiferença e altivez com que somos tratados.

O Interior, também é Portugal, no Interior vivem pessoas, homens e mulheres com projectos de vida, que aí querem viver e ser felizes, que aí querem criar riqueza e engrandecer Portugal.

Venho de uma Freguesia do Interior, mas com invejáveis níveis de desenvolvimento económico e social, com gente empreendedora, empresários e empresas de sucesso, em sectores de ponta e exportação, com serviços públicos de qualidade e uma assinalável rede de apoio social à população idosa e infante-juvenil.

Com autarquias, com Freguesias, que diga-se em abono da mais elementar justiça – no meu concelho são vinte e uma – contribuem grandemente para esse nível de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Desenvolvimento Económico e Social, numa postura próxima e acolhedora da população, das empresas e das Instituições.

Sim, mesmo com grandes condicionantes contribuímos para manter o país vivo e produtivo.

Como o caso que aqui represento, acredito que outros autarcas sintam o mesmo.

Então perguntamos:

Para quê mudar o que funciona bem, promove desenvolvimento e coesão social?

Para quê esta “embirração” avulsa e mal fundamentada com as Freguesias? Para quê pôr em causa a Democracia próxima das pessoas, o Estado próximo dos cidadãos?

Reforma da Administração Local, afirmam pomposos os responsáveis políticos!

Tanto para mudar, tanto para alterar: na Organização do Estado, na Regulação dos Mercados, na promoção da transparência, na Economia, na Justiça... tanto para Reformar no Estado, e os destinatários deste reformismo acabam por ser as Freguesias ... com a penalização de todo o Interior.

Um Interior, como a minha região, como o meu concelho, que volvidos 25 anos sobre a adesão à actual União Europeia ainda não dispõe de acessibilidades rodoviárias mínimas. Acreditem que é verdade. A melhor estrada que nos serve é a velhíssima EN 17, estrada que nos foi legada pela Monarquia, há mais de uma centena de anos!

Há 25 anos, e depois de sucessivas promessas, sempre adiadas e a vermos construir redes de IC's, IP's e Auto-Estradas em todo o Litoral, em variadas regiões, nas grandes cidades, continuamos sem o IC6 ou o IC7. Resta-nos uma velha estrada que continua a servir cidadãos e empresas do sector exportador – confecções de qualidade e marca, sector alimentar de qualidade, aglomerados de madeira, mobiliário, etc., etc.

Um concelho – Oliveira do Hospital, que dispõe de Ensino Superior Politécnico, com mais de 600 alunos, que integram uma escola financeiramente viável, que serve toda a região do Interior do distrito de Coimbra, mas também da Guarda e de Viseu.

Uma Escola – a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH) – que é um marco em termos de política de combate às assimetrias entre o Interior e o Litoral, uma marca viva de promoção da coesão territorial, um exemplo com sucesso de solidariedade com as regiões do Interior, uma Escola que é a prova viva que pode haver igualdade de oportunidades para os cidadãos, independentemente do local onde vivem. Uma Escola premiada e reconhecida, que trabalha com empresas e participa em projectos de investigação e inovação.

Uma Escola, que assente nestas qualidades distintivas, vê agora o seu futuro, também ele ameaçado pela ganância e pelo centralismo macrocéfalo, de mais um Litoralista, neste caso, Instituto Politécnico de Coimbra.

Uma Escola viva, que serve uma região de Interior, que agora o IPC quer esvaziar,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para ficar com os seus alunos, o financiamento público que lhe está associado e as respectivas propinas.

Este é mais um ataque ao Interior, este é mais um ataque à coesão de uma Região.

Esta é mais uma ferida aberta entre o Litoral – o mundo urbano – e o Interior que quer com menos meios sobreviver a todo o custo.

E vamos sobreviver, e vamos triunfar!

Também neste Congresso apelo à Vossa solidariedade, ao Vosso apoio!

O Interior também é Portugal! No Interior também pagamos impostos!

Daí que, e como contínuo alerta de revolta, discriminação e desrespeito a todo este intróito histórico, mas também actual, decidimos aqui apresentar a Moção:

Moção

“Freguesias no Presente: Freguesias com Futuro”

Contra a extinção das Freguesias - Solidariedade para com as Regiões do Interior de Portugal.

De entre as muitas motivações que nos trazem aqui como eleitos pelo Povo, unem-nos propósitos fundamentais, como: servir as nossas populações, promover desenvolvimento e redes de solidariedade que sirvam as pessoas, respeitar a História de Portugal e praticarmos – todos os dias – a Democracia, aperfeiçoando-a em todos os seus momentos.

Essa é a nossa obrigação como cidadãos, esse é o nosso compromisso como eleitos pelo Povo.

Caros autarcas e congressistas, é num contexto de reforço que esta Moção se direcciona objectivamente ao inesperado ataque contra a dignidade e existência das Freguesias.

Assim, partilhamos e informamo-vos do seguinte:

Realizou-se, no passado dia 15 de Outubro, na localidade e freguesia de Alvôco das Várzeas, concelho de Oliveira do Hospital, o então designado Fórum das Freguesias - “Freguesias Com Futuro”, que contou com a presença do professor Cândido Moreira, Vice-Presidente da ANAFRE, do professor universitário António Rochette (Catedrático de Geografia da Universidade de Coimbra e especialista em Planeamento e Ordenamento do Território), do deputado Mário Ruivo, do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, de vários autarcas do concelho e da região, com destaque para a maioria dos Presidentes de Juntas de Freguesia das 21 Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital.

Estiveram presentes autarcas do PS, PSD, eleitos de movimentos independentes. Esclareço ainda que, a CDU enviou posição por escrito.

Após ampla participação dos presentes, das conclusões, saídas do debate, destacam-se:

- Pela aplicação directa e estrita dos critérios que compõem o “Documento Verde da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Reforma da Administração Local” (DVRAD), proposto pelo Governo, em Oliveira do Hospital, num universo de 21 Freguesias, as freguesias a extinguir são 10;

- Foi assumido e publicado que esta proposta do Documento Verde é um “cartão vermelho” ao Interior do país, excluindo-o e afundando-o para uma mais débil situação de periferia e abandono pelo Poder Central;

- A Proposta do Documento Verde promove o abandono das populações e do Interior, que terá como consequência agravar os problemas e a desprotecção das populações que aí vivem. Consciencialize-se de uma vez por todas o Poder Central, que as Freguesias são autênticos “portos de abrigo” e de ligação das populações com a administração do Estado. As Freguesias são o ultimo, nalguns casos o único elo do Estado próximo das pessoas - em regime de multifunções, qual “loja do cidadão onde tudo de resolve”. Mais ainda agora, no actual momento de crise e austeridade que nos está a ser imposta;

- Avançar para a extinção de Freguesias e conseqüente fusão ou agregação vai criar agitação social e fazer reemergir conflitos e rivalidades históricas que fazem parte da identidade colectiva das comunidades. Esta proposta vai afrontar sentimentos profundos de identidade, que se construíram através de longos e enraizados processos de conflito e oposição entre povoações e Freguesias;

- A extinção das Freguesias vai levar a um empobrecimento da participação democrática e originar boicote a eleições – “população que não serve para ser Freguesia, também não serve para votar para outros órgãos, em outras eleições”;

- A proposta do DVRAD não considera as dinâmicas locais de cada freguesia e visa “matar” a identidade das mesmas e os serviços de proximidade às populações, que em muitos casos, no Interior do país, são assegurados pelas Juntas de Freguesia;

- Os critérios apresentados, são desproporcionais e desajustados. São critérios, simplisticamente desenhados a “régua e esquadro”, meramente quantitativos, em que o número de habitantes é um critério muito redutor, não diferenciando sequer entre as zonas do litoral e zonas do interior.

Por exemplo, dão relevo à distância quilométrica (em linha recta), mas não dão qualquer importância ao tempo que se demora a percorrer essa mesma distância, o que origina distorções ao não contemplar distâncias relativas, penalizando as Freguesias mais periféricas e mais rurais;

- Esta é uma proposta unicamente ideológica e tecnocrática, feita em gabinetes distantes da realidade, assente numa perspectiva centralista da Administração e do Estado - um “Estado mínimo, ausente e centralizador” -, que em nada resolve os problemas associados às contas públicas do país, que não foram originados pela gestão das Freguesias;

- A extinção de Freguesias é uma simples medida avulsa da Reforma do Estado, para agradar à dita Troika, sem que a Troika a tenha pedido, tanto mais que esta confunde Municípios e Freguesias, pensando que são a mesma coisa, quando são entidades diferentes, com responsabilidades diferentes;

- As questões, as incongruências e as contradições do DVRAD têm que ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

amplamente discutidas e esclarecidas com os autarcas;

- A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, através de moção, rejeitou por ampla maioria, os critérios, bem como a proposta de extinção ou fusão de Freguesias no concelho de Oliveira do Hospital;

- O Fórum, a que aludi atrás nesta moção, em que participaram eleitos dos diferentes partidos, aprovou por unanimidade uma posição de princípio que "rejeita qualquer fusão ou extinção de Freguesias" e que qualquer debate em torno desta questão deve obrigar à consulta das Assembleias de Freguesia para que estas se pronunciem;

- O mesmo Fórum recomenda aos Executivos das Juntas de Freguesia, em forma de desafio, à participação no debate público do DVRAD, para que agendem o assunto, de forma a que a cada uma das Assembleias de Freguesia se pronunciem sobre a proposta do Governo, de "Reforma da Administração Local" e a possibilidade de extinção das respectivas Freguesias;

- Que os mesmos Executivos promovam debates abertos à população para auscultar a sua opinião e sejam tornadas públicas as suas conclusões.

Em jeito de conclusão, as propostas deste Fórum, são as propostas que Vos trazemos através desta moção, que coloco à discussão para que possa ser votada.

Vivam todas as Freguesias!

Viva a Democracia!

Viva Portugal!"

Em seguida, o Sr. Eng^o José Vasco Campos tomou a palavra para a seguinte intervenção:

"Antes de mais, também queria deixar aqui uma palavra relativamente ao assunto da ESTGOH. De facto, é um assunto que nos preocupa muito. Foram excelentes as palavras que o Sr. Presidente da ESTGOH aqui veio trazer e que nos fizeram perceber ainda melhor tudo o que se tem passado. Mais uma vez reiteramos a nossa posição de defesa da ESTGOH, da importância que a ESTGOH tem para o concelho, da importância que a ESTGOH tem para a região, como fixação da população e como grande meio de desenvolvimento económico.

Não nos passa pela cabeça, seria uma tragédia para este concelho perder a ESTGOH. Todo o trabalho que o Sr. Presidente da Câmara tem desenvolvido com a ESTGOH para que não feche e para que não seja diminuída a sua importância, tem que ser realçado.

Estamos nessa luta. A ESTGOH não pode fechar, de maneira nenhuma.

Como o Sr. Presidente da Junta de Alvôco, quero falar da questão da televisão digital terrestre, a TDT. De facto, é impensável que esta situação se esteja a pôr desta maneira. Não aceito que, quem vive no interior e quem vive em aldeias já em condições muito difíceis, tenha que pagar para ver televisão. E o que está em cima da mesa é, de facto, isso. É que, a partir do dia vinte e seis de Abril, eu não aceito que as populações fiquem sem poder ver televisão e as que queiram ver televisão tenham que pagar cento e trinta e oito euros para ter um kit satélite por uma televisão. E, se tiverem duas televisões em casa, têm que pagar mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

noventa e seis euros. Isto é inaceitável. Isto não promove a tal falada coesão territorial.

Eu também queria deixar aqui uma palavra de apelo para que o Sr. Presidente da Câmara se empenhe nesta situação porque o problema não é só de Alvôco mas também de outras povoações do Vale do Alva, nomeadamente Penalva de Alva, Santo António do Alva, São Sebastião da Feira, São Gião e Avô. O que lhe peço é que se empenhe ao máximo nesta situação, para que isto seja resolvido e não haja mais uma injustiça para quem ainda vive nas aldeias.

De facto, temos que continuar a apoiar as pessoas que vivem nas aldeias porque aquilo que está a acontecer é o que os Senhores sabem e que está nos Censos: uma permanente desertificação dos concelhos do interior e, dentro dos concelhos, das aldeias mais longe das sedes dos concelhos. Alvôco tem estado a perder gente, São Sebastião tem estado a perder gente, Penalva está a perder gente, Avô está a perder gente, São Gião está a perder gente. Isto é dramático. Todos os meses se vê gente a sair, a morrer e não nasce gente. O que é que vamos fazer das nossas aldeias? Vão ser só campos turísticos? É natural que o turismo traga desenvolvimento. Vai trazer. Acredito profundamente que o turismo traga desenvolvimento mas não chega. Temos que conseguir fixar as populações nas aldeias. Peço-lhe por favor o maior empenho na resolução desta situação, que é de uma profunda injustiça para o nosso concelho. E eu nem sabia que há outras freguesias do concelho que podem vir a ter este problema. Para além do seguinte: é profundamente inestético, para aldeias que pretendem desenvolver o seu concelho, que todas as casas fiquem de qualquer maneira, cheias de parabólicas. Porque o que está em causa é isso: é que todas as casas possam vir a ter uma parabólica. E isto também não é aceitável.

Portanto, fica esta recomendação e agradecemos todo o seu empenho.”

Depois, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Começava por referir que fui Presidente em Exercício da Comissão Social Interfreguesias da Cordinha, que foi voluntariamente constituída pelas três freguesias da Cordinha: Ervedal da Beira, Vila Franca da Beira e Seixo da Beira. Não foi preciso nenhum documento verde nem nenhuma troika para nos vir cá dizer como é que nos havíamos de organizar. Espontaneamente e considerando que estava em causa o interesse da Cordinha e, sobretudo, das pessoas, constituiu-se e funcionou praticamente já durante um ano. E vai continuar a funcionar para o ano, na presidência do Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira e, em dois mil e treze, na presidência do Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira.

Numa síntese muito sintética de algumas das coisas que, no domínio do social, lá foram discutidas, refere-se a insatisfação com o funcionamento do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e das extensões de saúde, em especial de Ervedal da Beira e Seixo da Beira. Por variadíssimos motivos, de entre os quais naturalmente os determinados pelas orientações políticas centrais, constata-se que o funcionamento da Unidade de Saúde de Arganil já se reflecte negativamente também no funcionamento das extensões de saúde. E que o encerramento do posto de acompanhamento a idosos em Vila Franca da Beira, compulsivo e unilateral por parte dos responsáveis pelo Serviço Nacional de Saúde, também prejudicou a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

população de Vila Franca da Beira.

E um outro assunto é o acompanhamento dos cidadãos com direito ao Rendimento Social de Inserção. Nós sabemos que, de uma forma perversa, o Rendimento Social de Inserção tem sido ostracizado e anematizado no seio da sociedade portuguesa, nomeadamente através dos partidos de direita, o que revela a verdadeira natureza desses partidos. E hoje, o actual Governo e o Ministro da Segurança Social, o inimigo público número um do Rendimento Social de Inserção... Setenta milhões de euros, dizem eles, a nível nacional provocam-lhes uma raiva tão grande que, durante o debate do Orçamento de Estado, foi sobre isso que o Sr. Ministro da Segurança Social passou mais tempo a falar. Foi sobre isto.

Os cidadãos em Oliveira do Hospital, ao abrigo desse Rendimento Social de Inserção, recebem seguramente menos por ano do que aquilo que ganha o Sr. Ministro e que lhe custa o carro onde ele agora se desloca. Eu continuo a dizer que não precisamos do Ministro para nada. Era uma Direcção-Geral, o actual Sr. Ministro era Director-Geral e podia continuar a andar de vespa e não ser obrigado a andar num carro topo de gama, como agora anda. Esta hipocrisia e esta raiva tão grande contra o Rendimento Social de Inserção também se espelha e também acaba por dar aqui no concelho de Oliveira do Hospital. E estes cidadãos, pelo menos da Cordinha, estão a ser muito mal acompanhados pela entidade que tem o protocolo com a Segurança Social para o fazer e que aufere disso provavelmente mais dinheiro do que recebem as pessoas ao abrigo do Rendimento Social de Inserção.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara, o Conselho Local de Acção Social tem que se debruçar, do meu ponto de vista, e faço esse requerimento, que se debruce a sério sobre estes dois aspectos, entre outros: a questão do funcionamento das extensões de saúde da Cordinha e as questões do acompanhamento do Rendimento Social de Inserção. E do que agora vem aí: o desgraçado ou a desgraçada que se fôr candidatar agora para o próximo ano, nunca mais vai ter direito a nada porque complicaram de tal maneira a coisa exactamente para eliminar.

Sr. Presidente da Câmara: não é só a ESTGOH. Atenção às urgências do Centro de Saúde. Atenção ao Tribunal de Oliveira do Hospital. A zona Agrária praticamente já foi.

Sobre o IC: Sr. Presidente da Câmara, qual é o ponto de situação? Quando é que, pelo menos, se passa à frente daquele mistério do IC 6 ter terminado no limite do concelho de Tábua, por acaso muito perto dos Aquinos, onde esteve o ex Primeiro-Ministro José Sócrates duas vezes? Às vezes, para desvendar os mistérios, é pôr a cabeça a funcionar. Porque é que o José Sócrates esteve duas vezes nos Aquinos e porque é que o IC 6 termina à porta dos Aquinos? Porque é que Tábua era da Presidência do Partido Socialista e Oliveira do Hospital era do PSD. Não estava previsto, nesse altura, que Oliveira do Hospital passasse a ser do PS. Não estava previsto, não era politicamente previsível, e terminou ali o IC 6. Mistérios... Mas, agora, o que importa é daqui para a frente. O que é que se passa em relação a isso? Orçamento de Estado de dois mil e doze: como é que é a postura do Município? Vamos para a marcha lenta? Como é que é?

P.D.M.: Sr. Presidente da Câmara, quando é que termina bem essa lenda da revisão do P.D.M. de Oliveira do Hospital?

Depois, uma referência aqui a mais um encerramento de uma empresa do nosso



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho, por sinal a Imporfabril – antigamente Iral –, uma empresa emblemática do nosso concelho. Emblemática por aquilo que representou para o Município, para a classe empresarial, para os trabalhadores. Depois, porque também era emblemática porque representava a diversificação do tecido empresarial do nosso concelho, que é muito concentrado na confecção têxtil e que está em vias de ser fechada. Como é que o nosso País alguma vez pode pagar alguma dívida se continua a rebentar como aparelho produtivo? Se não se produz, como é que se pagam dívidas?

E, depois, outro mistério: falamos nas dificuldades, na crise, mas é só para os mesmos pois como é que se explica que haja aí dois grandes magnatas que tenham comprado o BPN por quarenta milhões de euros e que o Estado esteja a enterrar mais dois mil milhões agora com o Orçamento de dois mil e doze? A crise é mesmo para todos?

Expressar daqui a solidariedade com os trabalhadores. Dizer que eles são os últimos culpados de tudo isso. Nunca deixaram de trabalhar. Não vão aqui discutir se há problemas a nível da gestão. Desconheço. Sabemos é que assim, de facto, isto acaba muito mal e que as pessoas é que sofrem.

Depois, a questão do Documento Verde da Reforma da Administração Local. Já aqui falámos na anterior sessão da Assembleia Municipal, tomou-se aqui uma posição política da Assembleia, por maioria. Todavia, no Congresso da ANAFRE, houve um Ministro da Tutela que resolveu lá ir e fez o que fez nesse âmbito o Presidente do IPC. Foi fazer uma provocação ao Congresso e aos autarcas. Portanto, ficou a falar para um terço dos congressistas e mesmo esse terço passou a vida a assobiá-lo. É evidente que ele, agora, deve estar a “ruminar” vinganças por tudo aquilo que é sítio. Conhecendo o elemento, outra coisa não será de esperar.

Quero dizer que temos que dar uma resposta com as populações. Nada justifica essa cegueira de agora terem de fechar mil e seiscentas freguesias, como ele foi insistir outra vez. A que propósito? Poupança de quê? Podiam era poupar-nos essa chatice e deixar-nos concentrar em coisas mais importantes. Dizer apenas que poupança era, em vez de darem dez cêntimos por dia e por eleitor para as freguesias, poderem aumentar muito essas transferências de verbas do Orçamento de Estado. Porque se poupava, depois, nas obras e noutras iniciativas, sendo realizadas directamente pelas juntas de freguesia, aliás como se prova aritmeticamente se quisermos fazer essas contas.

Termino dizendo que exprimo aqui novamente a solidariedade daqueles presidentes de junta, daqueles autarcas que, não estando, para já, ameaçados de extinção, mesmo assim se têm solidarizado. E reconheço aqui a dignidade com que autarcas eleitos pelos partidos que estão no actual Governo, ainda assim, dão a cara em defesa das suas freguesias, recusando, com toda a dignidade, não quererem ser os coveiros das freguesias e das populações que os elegeram, com quem elas vivem e com as quais se identificam. E também dizer aqui que reconheço tanto mais isso, essa postura de grande dignidade, como é absolutamente injusto que esses partidos os estejam a obrigar a fazer esse papel.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves para a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Foi atribuído ao Sr. António Lopes, ilustre Presidente desta Assembleia, a Fénix de Ouro, a segunda condecoração mais importante da Liga dos Bombeiros Portugueses, pela sua qualidade de benemérito, nomeadamente, entre outras da Corporação dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira.

Esta condecoração segue-se a outras que já lhe foram atribuídas, nomeadamente o Crachá de Ouro, que lhe foi entregue no verão passado. Parafraçando alguém: “quem dera que houvesse mais Antónios Lopes por aí”.

O comportamento da Liga dos Bombeiros enaltece o Sr. António Lopes mas também o nosso concelho, que deve estar grato a este homem por se dispôr a colaborar connosco.

Quanto à ESTGOH, devemos estar todos solidários, e estamos, com o Presidente da Escola e com o Executivo na defesa da existência da mesma. De momento não está em causa mas, quando estiver, as formas de a defender serão concerteza tomadas à medida que forem sendo precisas, como aliás já foi aqui referido.

Dito isto, lembro o seguinte: há dois ou três mandatos atrás, tínhamos nesta Assembleia alguém que nos enquadrava os problemas que sentíamos no plano nacional e até internacional através de uma perspectiva histórica que ajudava a perceber as nossas dificuldades locais, como esta que estamos a entrar hoje.

Na sequência da minha intervenção na anterior Assembleia Municipal e no dia sete de Outubro, deixem-me fazer um pouco esse papel que o Dr. António Afonso Amaral aqui fez durante alguns anos.

Porque, a meu ver, hoje estamos a ser condicionados por um contexto obscuro e secreto, se não mesmo obscuro, que esquece completamente a história.

Vivemos num contexto paradoxal que nos afecta a todos e que importa perceber, dados os riscos de desmoronamento da própria Europa. Mas um contexto que foi cuidadosamente preparado e camuflado por toda a comunicação social nacional ao serviço de inconfessáveis interesses.

E faço esta reflexão porque estamos entre eleitos, representantes do povo, devendo ter uma elevada consciência crítica. Recordo que os últimos Censos nos dizem que ainda há cerca de cinquenta por cento de analfabetos funcionais.

Nós devemos estar informados do que se está a passar, podendo depois cada um seguir o caminho que melhor lhe aprouver. Mas temos a obrigação de aconselhar os nossos concidadãos e não devemos ser joguetes de interesses financeiros sem conhecermos o que se passa.

Sabemos que sempre que esquecemos a história, estamos condenados a repeti-la e a História repete-se mesmo, parece que de duzentos em duzentos anos. E o que nos diz a História? Diz-nos que sempre que Portugal foi grande, foi com crescimento apoiado em ousadia, determinação, empenhamento e com empreendimentos que levaram ao nosso desenvolvimento e à riqueza.

Nunca a História provou que tivéssemos que empobrecer primeiro para depois voltar a enriquecer. Deixem-me dar-vos só dois exemplos dos muitos que constam num livro que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tentarei lançar em breve, se conseguir o patrocínio que acho que a obra merece.

Em mil quinhentos e vinte, éramos o reino europeu mais rico e Lisboa a maior cidade da Europa, devido à ousadia, determinação e empenho colocados pelos portugueses nos Descobrimentos.

Em mil quinhentos e vinte e sete, D. João III mandou parar tudo devido às despesas do Estado: fechou as carreiras das Índias, entregou as praças do Oriente e até mandou tapar as janelas do Convento de Cristo em Tomar para esconder o estilo manuelino que se estava a impor em toda a Europa.

Por volta de mil quinhentos e trinta e cinco, cerca de oito anos depois, e não obstante todas as poupanças com estas medidas, Portugal era o reino mais miserável da Europa, reino que acabou depois em Alcácer Quibir, onde ficaram dezenas de milhares de portugueses e, curiosamente ou não, quando os mouros fizeram o espólio dos bens capturados, acabaram por encontrar cerca de quinze mil guitarras...

Seguiram-se sessenta anos entregues aos Espanhóis, humilhados e espezinhados. Passados duzentos anos, por volta de mil setecentos e setenta, e não obstante a destruição e o prejuízo do terramoto de mil setecentos e cinquenta e cinco, Portugal era de novo um grande reino europeu e um dos mais desenvolvidos, graças às medidas de determinação do Marquês de Pombal. Recordo a criação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, Grão-Pará e Maranhão e por aí fora.

Vem D. Maria I, com uma política curiosamente designada de Viradeira, e manda encerrar parte daquelas Companhias, entregando toda a actividade aos particulares. Resultado: em mil setecentos e noventa e dois, Portugal tinha o maior saldo negativo alguma vez visto em toda a Europa, originando uma pobreza tão extrema que parte da população morreu à fome ou sob a acção da peste que sobreveio à miséria.

Passados mais duzentos anos, desde os anos oitenta do século vinte até à actualidade, Portugal conheceu de novo um grande desenvolvimento, sendo-nos agora imposta nova austeridade recessiva com fundamentalismo ideológico neo-liberal, desprezando completamente a social-democracia e o socialismo democrático, e desprezando o serviço público, destruindo o Estado de Direito e pretendendo mesmo acabar com as autarquias, com o Sr. Ministro a afirmar que “as freguesias caem a bem ou a mal”.

Perante isto, o nosso destino só pode repetir-se e acabar em miséria se não percebermos o que se passa e reagirmos contra estas medidas. Alguns dirão: não há dinheiro para manter o Estado Social tal como ele foi crescendo nas últimas décadas. Isto não é verdade e ninguém acredita que o dinheiro desapareceu da face da Terra. O dinheiro não desapareceu mas concentrou-se nas mãos de poucos que desprezam a económica e privilegiam a finança.

Era aqui que eu queria chegar para vos dizer, em síntese, o seguinte: tudo isto foi planeado pelo designado Clube de Bilderberg, criado em mil novecentos e cinquenta e nove. O Clube de Bilderberg é o restrito Clube dos Financeiros Mundiais, que nunca aceitaram os direitos sociais conquistados pelos povos nos últimos cento e cinquenta anos.

Derrubado o Muro de Berlim e o medo do comunismo, estavam criadas as condições



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para capturarem todos os direitos sociais, o bem-estar das populações e a autonomia das autarquias e dos povos.

O ataque às dívidas soberanas não surgiram por acidente, fez-se com que acontecessem. Decidiu-se como e onde iriam começar as crises que vão empobrecer gravosamente a Europa e podem levar à guerra.

Vejam que ninguém fala na Bélgica que tem uma dívida pública de cento e sete vírgula nove por cento enquanto Portugal tem noventa e três vírgula três por cento. Porquê? Porque a Bélgica há mais de dois anos que não tem Governo, logo não tem quem aplique as medidas de austeridade, logo não é atacada.

Afastem-se das notícias diárias da comunicação social nacional que são controladas. Não é por acaso que o único português que tem assento permanente no Clube de Bilderberg é o Dr. Francisco Pinto Balsemão.

Comprem este livro que eu tenho aqui, procurem “O Clube de Bilderberg: os Senhores do Mundo”, ou procurem informar-se através da internet que, de facto, é isto que se está a passar.

É verdade que diminuiu o crescimento das economias que sustentavam o Estado Social.

É verdade que a industrialização que suportava aquele crescimento foi deslocalizada para a China e Índia.

É verdade que há um envelhecimento da população que desequilibrou o financiamento do Estado Social.

Tudo isto é verdade mas não justifica tudo, muito menos os ataques às dívidas soberanas dos países que vão levar ao empobrecimento colectivo devido ao pagamento desmesurado de juros.

Certo é que o Clube de Bilderberg decidiu, em mil novecentos e noventa, numa das suas reuniões anuais, acabar com o Estado Providência e é o que está a acontecer.

Cumprindo o seu objectivo, que não escondeu, em que foi lá decidido que “a nossa missão não é darmos às pessoas o que elas querem mas sim o que decidimos que devem ter”.

Sem sobrançerias e sem o controlo do relógio do Sr. Presidente da Assembleia, podemos falar nisto futuramente.

Para finalizar, queria dizer-vos:

Quem nos governa, em Portugal e na Europa, não tem a mínima noção dos efeitos destas decisões.

Dizem-nos que é empobrecendo que ficamos ricos e há quem acredite nisto... E, entretanto, pára tudo, param todas as obras públicas e privadas. Até o Túnel do Marão parou. Eles ainda não perceberam que os passageiros de primeira classe do Titanic europeu também se afundarão no navio.

Oxalá me engane mas nós, aqui, só temos de fazer uma coisa:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- lutar para evitar o naufrágio colectivo;
- lutar para manter as nossas autarquias;
- lutar para que não acabem os feriados, muito menos o cinco de Outubro e, no nosso caso, o sete de Outubro;
- lutar para não ser aumentado o IMI quando todo o património imobilizado desvaloriza;
- lutar para que não diminuam as transferências financeiras do Estado que asfixiam as autarquias;
- lutar para continuar a dar apoio social aos nossos representados, como muito bem está previsto já no próximo orçamento municipal;
- lutar para manter o Centro de Saúde, a ESTGOH, o Tribunal, etc.

Só assim cumpriremos o nosso dever de autarcas ao serviço das populações que nos elegeram.”

Intervieio, depois, o Sr. Engº Carlos Inácio:

“Depois desta intervenção do meu colega e amigo Dr. Rodrigues Gonçalves, que considero brilhante e com a qual subscrevo totalmente e penso que todos nós devíamos subscrever, acho que terminaria aqui a minha intervenção e não diria mais nada. Perante estas palavras, penso que não há muito mais a dizer.

De qualquer maneira, como estamos numa altura de fim de ano, de balanço, é normal fazermos um balanço do ano que estamos a viver. E eu queria fazer dois tipos de balanços.

Primeiramente, dar os parabéns à Câmara Municipal pelo conjunto de iniciativas, por tudo o que tem feito pelo nosso Município e por tudo o que tem feito de positivo por esta terra. Reconheço que muito mais poderia ter sido feito. Sei também que está a usar bem os dinheiros públicos, está a usar bem os dinheiros dos contribuintes e que está a trabalhar no bom caminho.

Reconheço também que a situação financeira da Câmara é boa e que vai continuar assim. E reconheço também que esta situação financeira que hoje a Câmara vive naturalmente que vem do herdado que teve da Câmara Municipal anterior, em que a situação financeira era boa. Reconheço que há muitas câmaras municipais que, neste momento, estão numa situação financeira difícil. Mas a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital pode-se orgulhar neste momento e reconhecer todo o trabalho que foi feito pela Câmara Municipal anterior e que deixou a esta Câmara a situação financeira que ela tem hoje.

Sabemos que vamos viver momentos difíceis. Uns, provavelmente, terão uma pequena responsabilidade nisso; outras são questões decididas nuns fóruns que nós não temos nada a ver com isso.

Eu só vos queria chamar a atenção de um número que saiu há dias na comunicação social: o Governo afirmou que tem três mil milhões de euros de excedente referente a este ano e que vai utilizar para um conjunto de situações. Nós não nos esquecemos tudo e tem que cobrir a dívida pública. A maior parte das pessoas que trabalham nesta Câmara e outras deste País são funcionários públicos. Vão sofrer na pele e muito fortemente as restrições de vencimentos que vão acontecer para o ano. Isto representa menos um sétimo de vencimento



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para o ano, menos cerca de quinze por cento. E isto, em termos económicos, para o concelho e para o País, é terrível. É a economia a recuar e a não avançar.

Agora, gostaria que meditassem nisto.

Em relação à Câmara Municipal, em enfoque muito forte no social. Espero que continue nesse sentido. Todas as obras e tudo o que tem de ser feito neste concelho: espero que a Central de Camionagem e que a requalificação do Mercado vão para a frente. Queria também dizer que os CTT vão colaborar nesse sentido. Tivemos aqui uma cerimónia na semana passada relativa à cobrança postal automatizada das facturas da água e vamos dar toda a colaboração possível.

E podem contar com a solidariedade de nós todos.

Só queria aqui referir a questão da televisão digital terrestre. Segundo o que ouvi dizer da parte do Presidente da PT, o negócio era que oitenta e sete por cento da população seria coberta pela TDT. Ele afirmou que ficou coberta noventa e dois por cento da população. Mas, como foi afirmado há pouco, uma coisa é cobrir noventa e dois por cento da população e outra coisa é cobrir noventa e dois por cento do território. O que também foi dito é que, para quem não fôr possível ter a TDT e tenham que ter parabólica, a PT pagará o diferencial entre o preço da caixa e o preço da antena. Se assim fôr, facilita a vida às pessoas.

Em relação à ESTGOH, faço votos que continue e que seja uma forte ESTGOH.

Quanto à reforma administrativa, acho que todos nós devemos ter uma palavra e ser activos nesta matéria das freguesias e do que está para aí vir. Porque, provavelmente, a seguir às freguesias vêm os concelhos. Isto não fica nas freguesias. Temos que estar activos, vigilantes e temos que lutar contra o que está para vir aí e que, claramente, é contra o poder autárquico.”

Terminadas as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra:

“Começava pela intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas. No que respeita à TDT, fizemos um requerimento à ANACOM a pedir esclarecimentos sobre o concelho de Oliveira do Hospital. Também pedi que me indicassem, concretamente, qual era a cobertura por freguesia. E vou passar a referi-las: Aldeia das Dez, 64,9%; Alvôco das Várzeas, 0%; Avô, 0%; Bobadela, 97,4%; Ervedal, 94,1%; Lagares, 98,1%; Lagos, 46,8%; Lajeosa, 100%; Lourosa, 74,2%; Meruge, 31,5%; Nogueira do Cravo, 82,7%; Oliveira do Hospital, 78,1%; Penalva de Alva, 21,3%; Santa Ovaia, 78,7%; São Gião, 2,9%; São Paio de Gramaços, 87%; São Sebastião da Feira, 0%; Seixo da Beira, 85,3%; Travanca de Lagos, 97,5%; Vila Franca da Beira, 100%; Vila Pouca da Beira, 71,3%.

Eu acho que o negócio começa mal de início. Mas passo a ler parte do ofício que a ANACOM nos enviou:

“Quem residir numa zona DTH compra o kit por setenta e sete euros e recebe uma participação de vinte e dois euros, pelo que o kit fica por cinquenta e cinco euros (este valor poderá ser revisto). Terá ainda que comprar a antena parabólica e instalá-la, sozinho, ou recorrendo a um técnico que conheça. Pode ainda solicitar à PTC, entidade a quem foi



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atribuída a licença para implementar a rede de televisão digital, que indique um instalador, e neste caso não lhe poderá ser cobrado um preço superior a sessenta e um euros (já participado).

Quer a compra de descodificadores para TDT, quer a compra de kits satélite (DTH) pode ainda ser subsidiada quando sejam adquiridos por beneficiários do rendimento social de inserção, reformados ou pensionistas com rendimento até 500 euros por mês, e por portadores de um grau de deficiência igual ou superior a 60%. O subsídio corresponde a 50% do preço do equipamento, com o limite de vinte e dois euros. No caso do kit satélite, o preço poderá ficar em trinta e três euros.”

Deixem-me dizer o que é que eu penso sobre isto. Este negócio foi entregue a uma empresa privada, à PT. E uma empresa privada quer o lucro e, assim, têm vendedores que sabem onde não passa o sinal e andam a vender este produto. Isto é uma injustiça. Quem ganha o concurso é a PT que, depois, tem empresas que querem vender o produto.

Dizem eles que o acordo de cobertura era 78,8% da população e que esta cobertura por satélite das que não são abrangidas era de 12,8%.

Também me informaram nesta carta que o desligamento do sinal analógico iria acontecer até doze de Janeiro. Agora, as coisas foram proteladas para Abril, depois de algumas pressões.

Este assunto já foi discutido em reunião de Câmara. Houve algumas propostas para nós equacionarmos, também de ajuda. Isto porque será uma injustiça, principalmente para as pessoas mais idosas. Estou preocupado com esta situação porque a população mais idosa ficará mais desprotegidas. Assim, temos que encontrar soluções para este problema.

No que respeita às freguesias, queria fazer aqui uma saudação muito especial aos nossos autarcas que estiveram presentes no Congresso da ANAFRE e às suas intervenções. Esta Assembleia Municipal já tomou uma posição muito clara sobre esta questão e que eu respeito e subscrevo. Eu falei com o Sr. Secretário de Estado, alertei-o para as injustiças que o Livro Verde trazia e dei-lhe exemplos claros. Referi-lhe que o Documento Verde pode ser melhorado e dei-lhe logo uma proposta: era aplicar o critério do decréscimo da população ao nível das freguesias e não ao nível dos municípios. Também quero dizer que o Sr. Secretário de Estado não se colocou de fora de apreciar esta questão. Mas, o meu problema é que estes critérios poderão “salvar” algumas freguesias mas não darão para salvar outras.

E eu gostaria de falar aqui da freguesia da Bobadela, que já me fez chegar aqui um documento sobre esta matéria. A Assembleia de Freguesia da Bobadela aprovou uma proposta que eu acho que está muito bem porque foi buscar a história da freguesia. Uma freguesia não se pode medir de uma forma linear, de régua e esquadro. Há toda uma história, uma importância estratégica, até para o concelho de Oliveira do Hospital. E a sua Assembleia de Freguesia, como a de Alvôco, já tomou uma posição clara.

Assim, queria pedir a todos os Srs. Presidentes de Juntas tomassem uma posição nas suas Assembleias de Freguesia, que me enviassem, para eu formar um dossier e fazer uma reunião com o Sr. Secretário de Estado. O meu compromisso é representar a vossa posição, achando que esta extinção das freguesias não traz valorização ao território do concelho de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira do Hospital.

Também queria dar uma palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e dar-lhe os parabéns pela homenagem que vai ter hoje nos Bombeiros de Oliveira do Hospital. E também queria fazer aqui uma rectificação: a nossa taxa de execução, na CIMPIN, é de 76,24% e não 80%.

O Sr. Presidente da Assembleia também falou de umas obras que vêm do mandato anterior. Deixem-me dizer isto com muita franqueza: desde dois mil e dois que o Município de Oliveira do Hospital não fazia um empréstimo. E o Executivo anterior, em dois mil e sete, fez – e bem – este empréstimo dos cinco milhões mas deixou a Câmara equilibrada financeiramente porque conseguiu fazer uma racionalização de custos. E eu revejo-me na forma como a parte orçamental da Câmara foi dirigida.

No que respeita ao meu mandato, tem sido positivo, há muito a fazer mas eu acredito que até as câmaras que tinham boa situação financeira, a curto prazo vão deixar de a ter. Como sabem, temos aqui um problema muito grande: o problema da água, do saneamento e do lixo. O que está aqui em causa não é a sustentabilidade só da Câmara de Oliveira do Hospital. Estamos todos preocupados porque achamos que, se não houver intervenção política em algumas áreas, isto vai ser uma desgraça e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, como outras, será arrastada neste processo. E eu diria que, em termos financeiros, hoje não teremos as mesmas condições que teve o Executivo anterior, que não teve estes cortes. Há menos dinheiro mas esse com esse dinheiro que nós temos que nos defrontar.

Sobre as ilhas ecológicas e os mupis, queria esclarecer que tiveram um investimento de cento e oitenta mil euros. Mas conseguimos aproveitar a comparticipação da candidatura da requalificação da cidade e a Câmara Municipal só pagou 20%, ou seja, pagou só trinta e seis mil euros. Penso que isto demonstra que há boa capacidade de ir buscar financiamentos. Esta é uma aposta clara também numa política ambiental e de melhoria de requalificação do espaço urbano que contribui claramente para a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Queria apelar aos Srs. Presidentes das Juntas no sentido de evitarem a colocação de publicidade em suporte de plástico e utilizarem outras formas de divulgação. Isto não é nenhuma crítica pois eu próprio a utilizei quando estive à frente da Escola da Cordinha. Hoje vai haver aqui uma reunião com as associações do concelho e também lhes vou solicitar que nos façam chegar os cartazes dos seus eventos para nós digitalizarmos e colocarmos para emissão nos mupis.

Sobre algumas questões que o João Dinis aqui colocou: concordo com quase tudo o que ele referiu mas há algo com o qual eu não concordo e que é aquela questão dos Aquinos. Ainda bem que existem os Aquinos. Se não tivéssemos lá os Aquinos, era pior para o concelho de Oliveira do Hospital porque ultrapassa os cem postos de trabalhos ocupados com pessoas de Oliveira do Hospital. E não deixo de dizer que tenho sido um agente activo pelas relações que tenho com aquela empresa.

Tenho aqui uma carta que os três Municípios envolvidos dirigiram ao Sr. Ministro da Economia – Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia –. Portanto, não estamos a trabalhar sozinhos. E o que é que nós queremos? Percebendo as dificuldades orçamentais, há uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estratégia conjunta, estamos a desenvolvê-la, achando que temos capacidade reivindicativa e achando que há condições de apoio da parte do Quadro Comunitário de Apoio.

Sobre a ARS, que é um assunto muito importante, quero informar que tive uma reunião com o Dr. Tereso sobre os problemas da saúde que afligem Oliveira do Hospital. Falei dos problemas da construção de duas extensões de saúde que estava combinado terem apoio do Quadro Comunitário. E há um protocolo com o apoio do PIDDAC com quarenta e cinco mil euros para cada uma das extensões. E eu fui saber como estavam as coisas porque há compromissos que estão assumidos. A reunião foi cordial mas não foi uma boa reunião porque não consegui trazer qualquer compromisso por parte daquela entidade.

Mas marquei a presença e discuti também o problema do SAP. E o que me foi dito em relação ao SAP é que não devia estar preocupado, apesar de ir haver algum estudo em termos de reestruturação a nível nacional. E também abordámos os problemas das extensões de saúde e do seu funcionamento. Foi uma conversa que não vou divulgar aqui hoje. Foi uma conversa interessante. Falou-se, sobretudo, na falta de médicos e no problema de haver ou não consultas nas extensões de saúde. A reunião foi cordial. Houve alguns princípios que foram positivos. Os menos positivos foram na área das extensões de saúde. Aquela verba já estava combinada com o Conselho Directivo do QREN. Mas pareceu-me que o dinheiro do QREN na área da saúde estava um bocado a ser desviado para um hospital para a Guarda.

Tenho que dizer que, globalmente, a reunião não foi satisfatória.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que deu algumas informações adicionais relativamente à actividade municipal constante da informação enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal, concretamente no que diz respeito às reuniões e eventos realizados.

Depois, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2011.

Não havendo qualquer intervenção sobre este Ponto, a Mesa colocou o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira Revisão ao Orçamento Municipal do ano 2011.

Depois do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter prestado um breve esclarecimento sobre a proposta em apreço e cuja justificação constava da documentação previamente remetida aos membros da Assembleia Municipal, o Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A pergunta que eu queria fazer ao Sr. Presidente da Câmara era esta: eu vi no *online* que havia uma dívida às Águas do Zêzere e Côa de dois milhões e oitocentos mil euros. Eu penso que isso é impossível mas gostaria que o Sr. Presidente me explicasse essa situação.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Câmara deu a seguinte explicação:

“Eu acho que isto é uma brincadeira porque Oliveira do Hospital nem isso, na totalidade, paga na factura. Isso só pode ser uma provocação. Brincadeiras de miúdos, de certeza. Não tem absolutamente sentido nenhum.

É verdade que houve um atraso ligeiro no pagamento de algumas facturas destas mas tal foi devido à falta de cabimento orçamental, daí a necessidade da presente revisão.

Oliveira do Hospital tem honrado os seus compromissos, tal como no passado. Nós sabemos de onde essas notícias provocadoras partem e com que intenção: há pessoas que não admitem que esta Câmara continue com determinadas linhas, que são princípios.”

Seguidamente, não havendo mais intervenções, a proposta da Câmara Municipal para a primeira Revisão ao Orçamento Municipal do ano 2011 foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto IV da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2012/2015 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2012, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para prestar alguns esclarecimentos e informações sobre as propostas em análise neste Ponto da Ordem do Dia:

“Este Plano e Orçamento para 2012 norteia-se pelos seguintes princípios:

1.º Os tempos de austeridade, que levarão à diminuição das receitas municipais, a que se juntarão os cortes efectuados nas transferências do Orçamento de Estado.

2.º Perspectiva-se um 2012 marcado por uma forte recessão económica, prevendo-se uma redução do PIB na ordem dos 3% e uma taxa de desemprego que chegará aos 13,4%.

3.º As dificuldades inerentes dos agregados familiares levaram à adopção de opções claras relativamente ao Apoio Social, procurando proteger e acompanhar as famílias mais expostas às consequências da austeridade anunciada.

4.º Proporcionar oportunidades de experiências profissionais que facilitem a integração no mercado de trabalho de jovens e pessoas desempregadas.

5.º Um novo ordenamento das prioridades ao nível dos equipamentos e das infra-estruturas a pôr ao serviço dos munícipes.

6.º Continuidade de uma postura de cooperação e diálogo com as Juntas de Freguesia, acompanhada da descentralização de competências e dos necessários meios financeiros.

7.º Por outro lado, é fundamental estar preparado para o bom aproveitamento das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oportunidades de financiamento dos investimentos estruturantes. Sem este suporte financeiro, tais investimentos não serão possíveis de concretizar.”

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Garcia:

“No preâmbulo, o Sr. Presidente já referiu que é um Orçamento marcado por alguma diminuição de verbas, de receitas. Também virado para a vertente social, porque é isso que é importante e é isso que nos norteia a todos aqui.

Eu vou falar basicamente sobre a minha freguesia, como é lógico. E queria manifestar aqui a solidariedade com o Orçamento. Queria começar por dizer que vou votar favoravelmente o Orçamento. E também queria manifestar a capacidade e a forma como o Sr. Presidente da Câmara tem articulado comigo, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia, sempre receptivo aos problemas que têm surgido na minha freguesia.

Tem sido corrente falarmos de coesão mas cabe-nos a nós não esquecermos que somos uma freguesia limítrofe, que continuamos com problemas de saneamento em Rio de Mel e em São Gião, no Bairro dos Machorros, na Rua Francisco Mendes Diogo e no Rua do Mortol, apesar de já ter havido alguns desenvolvimentos.

Relativamente ao abastecimento de água, temos o Parceiro, Covão, Barroca e Alentejo. Estamos a falar de coesão e são cerca de cento e quarenta municípios que aí residem. Cabe-nos a nós dar-lhes condições para que tenham uma vida pelo menos digna.

Prezo-me também por ver que está inscrito no Orçamento a adaptação da antiga escola primária de São Gião para centro de dia ou centro de convívio. Visto que também há uma candidatura de Penalva de Alva para um centro de dia, deixava uma sugestão no sentido de pensarmos que tipo de equipamento é que podemos pôr em São Gião, pois não podemos olhar só para o nosso umbigo. Visto que já vai haver ali um centro de dia, se calhar, pensar noutro tipo de equipamento para aquele espaço que temos ali em São Gião. Tem existido uma relação muito cordial com o Centro de Desenvolvimento de Penalva de Alva, que tem sido a entidade que tem dado suporte à minha freguesia e muito bem. Por isso mesmo, acho que deve continuar e tem todo o meu apoio, pelo menos enquanto eu fôr Presidente de Junta.

Também gostaria de referir que, em anteriores Orçamentos, estava prevista a ligação da estrada entre a Malhadinha e a Carvalha, onde transitam todos os dias alunos que frequentam a Escola da Ponte das Três Entradas e que vêm para o Centro de Desenvolvimento de Penalva de Alva. Penso que não será uma verba muito grande, pelo que deixava aqui o apelo ao Sr. Presidente para o seu possível enquadramento.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis:

“Antes de entrar no Orçamento, queria felicitar a Câmara Municipal pela reorganização dos serviços – nomeadamente o Balcão Único – e pela reorganização do sistema de facturação e pagamento de água, que certamente irá melhorar bastante. Também queria felicitar por algumas obras feitas, nomeadamente as que dizem respeito à minha freguesia. Refiro-me à estrada da Ribeirinha e à estrada do Moinho do Buraco que, não sendo de Lagares, beneficia toda aquela zona e permita uma maior facilidade na movimentação das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peessoas de Lagares, também.

Relativamente ao Orçamento e às GOP's, quero destacar o reforço que foi feito no campo da acção social. Vivemos momentos difíceis, pelo que o reforço desta verba e destas acções no campo social é uma aposta muito boa porque revela que o Município e este Executivo está a pensar essencialmente nas pessoas.

Há pouco, referiu-se uma empresa que está com grandes dificuldades e que, provavelmente, irá desaparecer. Esta custa-me particularmente porque fui funcionário dela durante muitos anos. Mas, como esta, provavelmente haverá outras. Infelizmente, isso irá acontecer. Portanto, este reforço na acção social é importantíssimo no momento que se vive.

Também queria salientar o aspecto positivo deste Orçamento na manutenção das verbas no que se refere à descentralização para as juntas de freguesia. Isso permite-nos fazer algumas pequenas obras sem termos, como se costuma dizer, de “andar de mão estendida” permanentemente, junto da Câmara Municipal.

Destacar também a inclusão de algumas obras para a freguesia de Lagares da Beira, como a requalificação do antigo quartel dos Bombeiros, que é uma aspiração muito antiga. Penso que, finalmente, irá avançar, pelo que me quero congratular com isso. O alargamento do cemitério é outra coisa que está em fase de acabamento do projecto, pelo que penso que será concretizado no próximo ano. E também o complexo desportivo que, apesar de nos tempos que correm não ser uma obra prioritária, é essencial para dar alternativas de ocupação aos nossos jovens.

Queria também prestar aqui toda a minha solidariedade e apoio ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da ESTGOH na luta pela manutenção da Escola. Podem contar com a junta de Freguesia de Lagares para o que fôr necessário.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:

“Relativamente à questão do Plano e do Orçamento, tendo em conta todas as dificuldades que o Executivo tem estado a ter com os cortes de verbas, obviamente que tem que haver algum critério por parte do Executivo de onde vai e como vai aplicar os dinheiros públicos daqui para a frente.

No Plano e Orçamento aparecem um conjunto de obras que são importantes para Oliveira do Hospital e para o concelho, no que diz respeito às freguesias mas também à própria cidade. Vejo com algum agrado que é intenção do Município, concretamente na cidade, avançar na requalificação da Avenida Dr. Carlos Campos. Penso que será uma obra que será englobada com a requalificação do mercado municipal e a central de camionagem. Vejo com agrado que são obras importantes para a cidade de Oliveira do Hospital. Espero que estes cortes orçamentais não obriguem a que estas obras percam mais tempo na sua execução. Espero também que o Quadro Comunitário de Apoio se mantenha disponível pois, sem estas ajudas, a Câmara terá algumas dificuldades em levá-las a cabo.

Quanto ainda à cidade de Oliveira do Hospital, vejo que há uma intenção na requalificação das piscinas municipais. E também aparece lá uma verba para a ESTGOH. Esperemos que as condições da ESTGOH não vão condicionar a execução desta obra porque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é fundamental para Oliveira do Hospital, para o concelho e para a região.

Não fiquei tão satisfeito relativamente à forma como decorreu em Coimbra a reunião com o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde, quanto às extensões de saúde de Avô e de Ervedal da Beira. Nós não queremos, não pedimos e não se exigiu ao anterior Governo de ânimo leve a construção destas duas extensões de saúde. Exigimo-las porque é nosso dever fazê-lo porque não têm condições. E refiro-me concretamente à do Ervedal da Beira: não tem condições dignas para que ali sejam prestados os devidos cuidados de saúde. A questão dos médicos é outra.

Espero bem que, quer a extensão de saúde de Avô, quer a de Ervedal da Beira, não sejam postas “na gaveta” pelo Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde. Há questões que têm que ser assumidas, que devem ser assumidas, que transitam de responsabilidades assumidas pelo anterior Governo e que têm que ser respeitadas por este Governo e pelo Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde.

Nós sabemos que o dinheiro que está em causa da parte do Governo Central é mínimo pois são obras financiadas pelo QREN. Assim, aqui só há uma questão e que é: o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde, em consonância com o Sr. Presidente da Câmara, dar acesso às verbas do QREN para que estas obras se realizem. Portanto, não sei qual é a dificuldade do Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde em dar “luz verde” a estas extensões.

Noto que há aqui um reforço substancial das verbas de acção social. Isto é bem revelador de muita consciência social que o Executivo tem relativamente ao concelho e às necessidades das famílias mais carenciadas. E devo dizer que, se por acaso algum dinheiro do corte que foi feito aos protocolos com as juntas de freguesias fôr ter a esta rubrica, devo dizer, como Presidente da Junta de Freguesia, que aplaudo a iniciativa, apesar de nós, freguesias, irmos receber, em dois mil e doze, menos dinheiro do que aquilo que teríamos recebido em dois mil e onze. É um gesto para com os mais desfavorecidos, os mais fragilizados, pelo que aplaudo esta iniciativa do Executivo.

Faço um apelo ao Executivo, concretamente à Avenida Dr. Carlos Campos: que faça um projecto de requalificação digno da cidade de Oliveira do Hospital. E, quando digo digno, digo que seja um espaço, uma via, que ofereça toda a segurança e toda a comodidade a quem lá circula, pois há muito trânsito naquela via. Não é uma via qualquer; é uma via por onde passa muita gente, que tem muito movimento, pelo que merece um projecto bem feito e que resolva os problemas daquela zona. Penso que existe um projecto bem feito e penso que é esse que deve ir para a frente, contrariamente a algumas vozes que parece que querem continuar a ter “vistas curtas”, quando se pode ter “vistas largas”. Possivelmente, querem continuar com as coisas afuniladas, com problemas de toda a ordem. Penso que, para afunilamentos em Oliveira do Hospital, já chegou. Chamo a atenção ao Executivo para que execute ali uma obra que seja digna da cidade e do concelho.

Quanto ao Plano e ao Orçamento, por aquilo que me referi anteriormente, pelo conjunto de obras, nas acções sociais, na saúde, penso que são documentos equilibrados. Esperemos é que os dinheiros cheguem para a execução destas intenções. Vou votar a favor do Plano e do Orçamento, exactamente por estas razões.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Duas notas prévias: aquela referência ao Aquinos não foi para dizer que não deviam lá estar. Dou de barato mas poderíamos até discutir isso porque há ali questões muito interessantes de porque é que houve para os Aquinos e não houve para outros. Mas, enfim, já lá está, estão lá as pessoas a trabalhar, tudo bem. Eu só disse que o ex Primeiro-Ministro esteve lá duas vezes. Agora, os empresários de Oliveira do Hospital têm que convidar o Passos Coelho para vir cá duas vezes, para continuarem os dezoito quilómetros do IC 6, pelo menos até Oliveira do Hospital. E, depois, os de Seia fazem o mesmo. Isto não pode ser assim, essa é a questão.

O Dr. Rodrigues Gonçalves fez uma intervenção... Ele tem a vantagem de ser sempre o último a falar porque está na Mesa e é sempre o último a inscrever-se... De facto, a dada altura da sua intervenção, eu perguntava-me: “mas quem é que estará enganado no partido? Eu ou o Dr. Rodrigues Gonçalves?” Fiz esta pergunta porque me revejo nessa parte da intervenção. Mas, refere o Clube de Bilderberg. Então, e a Trilateral? Então, e aquele Conclave de Lavos, na Suíça? Então, e o FMI? Então, e o BCE? E o eixo franco-alemão? Então, aqui entre nós, o grupo do Beato, daqueles três ou quatro banqueiros a que agora se deve juntar o Amorim ou a filha do Eduardo dos Santos, depois da negociata do BPN? Uma noite, o Primeiro-Ministro vem à televisão a dizer “não, o FMI não entra”. No dia seguinte, os do Grupo de Beato vem à televisão e diz “não, entra mesmo”. No dia a seguir, o Primeiro-Ministro diz “sim, senhor, vai entrar o FMI”. E que, agora, estiveram reunidos com o Primeiro-Ministro, com o Ministro das Finanças, com a Troika. Então, o Grupo do Beato, os mandantes de facto? Mas, quem é que lhes obedece?

É que, aquilo que é irremediável é o sofrimento que se está a causar às pessoas. É evidente que já os questores dos Césares do Império Romano foram daqui corridos, os cobradores de impostos que eles mandavam para as províncias. Também os cobradores de impostos do Rei de Castela foram corridos daqui de Portugal, ainda antes da nossa nacionalidade. Também os questores dos Felipes também foram corridos. E estes também vão ser corridos. Os actuais questores, os cobradores de impostos a mando do BCE, da banca alemã, do eixo, que cortam em tudo aquilo que nós mais precisamos para viver – como cortam nas autarquias – e aumentam-nos brutalmente os impostos... Estes cobradores de impostos ao serviço do grande capital e da agressão do grande capital a tudo aquilo que é conquista civilizacional desde a Revolução Francesa. É que eles já não estão a ir ao 25 de Abril, já baniram o 5 de Outubro. Alguns dos princípios ideológicos e progressistas da Revolução Francesa, querem banir tudo isso da história da civilização. O problema é o sofrimento brutal que causam às pessoas e isso não tem perdão, nem no céu, nem no inferno.

As GOP assumem a recessão. Até pode haver recessão, não estamos livres dela mas é necessário dar luta política porque não é obrigatório que assim seja. Não está escrito nas estrelas, nem na Bíblia, nem no Corão que tenhamos que viver neste estado de recessão.

A redução de transferências do Orçamento de Estado para dois mil e doze junta-se à redução de transferências do Orçamento de Estado para dois mil e onze. Aliás, por exemplo, o IMI da colectividade de Vila Franca da Beira passou de noventa euros para quinhentos e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quarenta euros.

Mais responsabilidades para cima dos municípios. E, se isto continuar assim, com estas políticas e com o troikianos de serviços, em dois mil e doze, dois mil e treze, estaremos pior. E é isso que é preciso impedir.

Registo a manutenção, em Plano e Orçamento para dois mil e doze, da obra de substituição das redes de água e saneamento em Vila Franca da Beira, embora com uma verba para dois mil e doze que é um pouco simbólica, tendo em conta a dimensão da obra. E hoje, dezassete de Dezembro, quero acreditar que a obra arranque em dois mil e doze. Não entenderei que assim não aconteça.

Quanto ao Vale do Mondego, precisamos de cuidar mais e melhor do Vale do Mondego, daquele estradão, do Miradouro da Penha, do Castro do Vieiro, da reflorestação das vertentes.

Outra questão que é estratégica e que não me parece que esteja bem retratada nem nas GOP nem no Orçamento, são os caminhos agro-florestais e a floresta. E tem que haver aqui uma intervenção política muito grande. O nemátodo está a dizimar a floresta do nosso concelho e continuam muito mal as políticas viradas para isso. Têm que passar a funcionar melhor, sob pena de darmos cabo, não só de uma das nossas maiores riquezas, mas também daquilo que, em termos ambientais, será irreversível. E a curto prazo.

As electrificações rurais e o PRODER.

Um outro aspecto é um equilíbrio maior entre os apoios municipais às iniciativas culturais e recreativas entre a Cordinha e o Vale do Alva. Creio que esse caminho de recuperação de desequilíbrio deve ser garantido. E não estou a dizer que não devam ir coisas para o Vale do Alva. O problema é aquilo que, depois, não vai para os outros lados.

O custo da água e do saneamento que é, de facto, um problema central em termos orçamentais mas que, depois, vai ter repercussão na política social sobre as pessoas. Acho que o Município já está a pagar os preços que tinham sido concessionados para dois mil e vinte e sete. Portanto, há uma antecipação de não sei quantos anos em termos da empresa Águas do Zêzere e Côa. E está em curso – já ouvi dizer – uma manobra do Governo e que é muito simples: junta-se Águas do Zêzere e Côa às Águas do Mondego, e já se torna mais apetecível para, depois, quem as vier comprar. Porque, se as forem vender, privatizar, ninguém quer esta daqui dado o prejuízo estrutural que tem. Mas o problema também aqui é se o *déficit* que o Município está a ter se vai fazer repercutir nas pessoas. Até pode fazê-lo mas as pessoas é que não vão poder pagá-lo.

Acho também que é suficiente a verba em requalificação urbanística.

A matriz social do Orçamento: Sr. Presidente, se nós temos como princípio que as pessoas devem ser o início e o fim das políticas e da nossa acção enquanto prestadores de serviço público, não podemos contestar que o Município reforce os apoios sociais às pessoas. Como a Junta de Freguesia, se tiver mais meios. Se chegar lá uma pessoa necessitada, eu não consigo dizer que não ajudo porque o Governo não faz as transferências do dinheiro. Eu não consigo dizer e o Sr. Presidente da Câmara também tem essa sensibilidade. E isso é humano. E isso é preciso nos tempos que correm. Mas isso não substitui. A política assistencialista não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resolve os problemas na essência.

Todavia, acho que há aqui alguns objectivos um bocado voláteis porque ainda não têm tradução em termos de acordos com a entidade da tutela, com a Segurança Social. E há mudanças nos responsáveis do IEFP. E agora o Sr. Ministro não pode andar de lambreta; tem que andar de carro. Portanto, as coisas podem complicar-se. Isto é volátil.

Registo que há aqui uma alteração – que saúdo – sobre uma informação de há um mês atrás: é que se mantém nos setecentos mil euros os protocolos de transferências para as freguesias. E, se assim é – e eu vi lá no documento – eu já vou ter que fazer, com prazer, uma alteração orçamental para dois mil e doze porque já estava a entrar com a redução da verba. Eu não estarei de acordo que haja redução para as freguesias. Não é uma maneira de poupar. Depois, porque isso marca, de facto, uma diferença no exercício e na concepção do seu exercício como Presidente da Câmara. E até das expectativas que criou. Portanto, voltar atrás, por aí também não é legítimo, direi eu. Do ponto de vista político. Depois, porque são justas essas transferências para as freguesias, pelo menos para aquelas que queiram.

Isto prende-se com outra questão: o Sr. Presidente já referiu uma questão que foi muitas vezes aqui mencionada em momentos como este, anteriormente. Era a necessidade de aproveitar a capacidade de endividamento do Município. De facto, a crítica que se fez até uma determinada altura ao Executivo anterior era de que não estava a aproveitar quando a banca vendia dinheiro mais barato. E eu creio que o actual Executivo, até para corrigir isso que anteriormente era criticado, deve aproveitar, em dois mil e doze e em Janeiro se possível fôr, a capacidade de endividamento que ainda tenha. Enquanto a banca ainda tiver dinheiro para vender e o preço do dinheiro não fique, ainda duas ou três vezes mais caro do que está actualmente. Quanto mais depressa, melhor, Sr. Presidente. Naturalmente, sem comprometer, sem aventureirismos, sem irresponsabilidades. Transformar isso em obra e em iniciativa da qual beneficiem as populações, se as pessoas e as populações forem o ponto de partida e o ponto de chegada da nossa intervenção.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia:

“Eu vou fugir um pouco a este Ponto. Falou-se aqui da Feira do Porco e do Enchido e da maneira como é feita a publicidade do evento. Nós fazemos a publicidade consoante as verbas que temos. Posso-vos informar que pedimos autorização a todos os municípios até à Guarda, Viseu e Coimbra, e todos nos dão autorização para colocar os ditos pendões que tanto parecem mal, embora sob determinadas condições: na entrada das localidades ou dentro das mesmas. E fazemos uma coisa que quase ninguém faz: nos dez dias subsequentes à Feira, fazemos a recolha de toda a publicidade que distribuímos. Agora, também faço aqui um desafio: em vez de nos fazerem cortes, se nos derem mais dinheiro ou condições ou se a Câmara nos fizer a publicidade em *outdoors* – como faz para a Feira do Queijo – nós deixamos de colocar os pendões.

Também queria referir o seguinte: no ano passado estava a construção do polidesportivo de Nogueirinha, com uma verba definida de cem mil euros. Já foi feito o estudo pelo Gabinete de Apoio às Freguesias e o orçamento fica em cento e vinte mil euros. E eu vejo aqui, nas Grandes Opções do Plano, ao contrário do que eu esperaria, uma redução



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para cinquenta mil euros. Gostava, assim, de saber como é que se vai fazer o polidesportivo. Se está a pensar fazer algumas candidaturas, não vejo mal nenhum nisso. É preciso é que se faça a obra.”

Interviu, depois, o Sr. Eng^o José Vasco Campos:

“De facto, temos consciência que o dinheiro não chega para fazer tudo o que desejaríamos fazer. Mas eu vejo com apreço que as questões sociais estão aparentemente bem representadas neste Orçamento. De facto, é uma situação que me preocupa. Preocupa-me muito a questão das empresas e o dois mil e doze porque estamos a viver um ciclo onde não há dinheiro para que as coisas funcionem. Os bancos não emprestam dinheiro. Está a entrar-se numa situação onde já ninguém paga a ninguém. Portanto, isto vai levar, claramente, a despedimentos. Muitas empresas vão conseguir sobreviver, outras vão fechar e outras vão ter que despedir para conseguir sobreviver. E a Câmara vai ter que estar atenta a estas questões porque não podemos deixar cair as pessoas, não podemos deixar que as pessoas entrem em situação de descalabro social. Deixo aqui esse apelo.

Também queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: nós temos uma instituição bancária no concelho, que é a Caixa de Crédito Agrícola, que é independente, obviamente, mas que funciona segundo as leis do mercado. Tem o dever de ajudar, em situações difíceis, as empresas do concelho de Oliveira do Hospital e as empresas que empregam gente de Oliveira do Hospital. E, ainda por cima, esta Câmara depositou lá dois milhões de euros, salvo erro. Portanto, tendo em conta que a maioria dos outros bancos sediados em Oliveira do Hospital e arredores não estão a emprestar dinheiro, terá que ser a Caixa de Crédito Agrícola a ajudar as empresas. Obviamente que a Caixa de Crédito Agrícola rege-se pelas leis do mercado mas cabe também à Câmara chamar a atenção para isso e, se fôr necessário, sensibilizar a Administração – que nem é de cá – para os problemas das empresas. E, às vezes, meia dúzia de contos conseguem salvar uma empresa porque precisa daquele dinheiro para conseguir comprar matéria-prima para vender. Porque, pode demorar um ano, dois ou mais, mas a crise vai passar.

O Sr. Prof. João Dinis veio aqui falar numa situação que me é muito cara e que é a questão do nemátodo da madeira do pinheiro. De facto, estamos a assistir a uma situação de completo descalabro no concelho de Oliveira do Hospital e arredores. Como sabem, tenho funções directivas numa associação que tem aí essa responsabilidade mas não consigo fazer o trabalho se não nos derem meios para os fazer. Isto é uma questão pública; uma questão de sanidade pública; uma questão económica. Portanto, o Governo tem que investir. Eu quero deixar aqui claro que só nos foi atribuído trabalho na freguesia de Avô e Lourosa. E o resto do concelho está na miséria em que está. E, ainda por cima, não pagam o que devem. Na segunda-feira vou estar numa audiência pública parlamentar da Comissão de Agricultura e Mar, no Parlamento, para onde fui convidado para representar a ZIF Alva e Alvôco. E vou lá dizer isto, se necessário, se não tiver uma resposta na segunda-feira de manhã do Secretário de Estados das Florestas. Vou dizer isto de uma forma muito forte e venham daí as consequências que vierem. Porque, se tiverem que embargar a madeira portuguesa, de pinho, que embarguem. Mas não vamos continuar a assistir a uma situação de branqueamento da situação. Não vou sequer adiantar muito mais daquilo que sei. Segunda-feira espero ter respostas. É um problema do concelho porque qualquer dia não há madeira de serração. E nós



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos uma série de serrações no concelho. Não vai haver madeira de serração. E mais: estamos a assistir, neste momento, a uma venda em massa de madeira de pinho. O pinho baixou imenso nas últimas semanas e nos últimos meses, ao ponto da Sonae fechar a partir da próxima segunda-feira, com excesso de matéria-prima, e da fábrica da Pinewells, de Arganil, estar em sobrelotação total e a baixar os preços, com prejuízo para o proprietário florestal e com prejuízo para quem está a trabalhar nesta área.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Esteves que fez a seguinte intervenção:

“Em face do documento apresentado, verifica-se que, na realidade e devido à grave crise económica que o País atravessa, há um corte substancial nas transferências do Orçamento do Estado para as Autarquias.

Igualmente e, face ao abrandamento da economia, vai haver de certeza uma redução bastante significativa das receitas próprias do município.

No entanto, gostaria de evidenciar que a previsão orçamentada da receita para o ano de 2012 estará inflacionada em cerca de 17%, dado que não aparece devidamente justificada receita no montante de 4.057.000,00€. Este montante é o valor que aparece identificado no documento com a designação de “outros” ou “outras”;

No que respeita às G.O.P., apraz-me registar que os documentos evidenciam alguma preocupação social, para apoio às famílias mais carenciadas e que sofrem mais com a conjuntura económica que se vive em Portugal, também com reflexos sentidos no nosso concelho. O valor previsto nas G.O.P. para a área social é de 946.000,00€, que se traduz em termos percentuais em 6,6%, o que dito nestes termos é muito pouco, mas ainda assim, é um esforço financeiro bastante grande para o município e do qual eu concordo plenamente.

Neste orçamento, e no que respeita ao Turismo, regista-se um investimento muito reduzido para o ano de 2012, apesar da previsão para o ano de 2013 já ser bastante razoável. Devido às condições naturais que o nosso concelho possui, dever-se-ia apostar mais neste sector e incentivar os privados a investirem nesta área;

Nota-se também a falta de apoio às micro e pequenas empresas, apesar de no plano plurianual de investimentos aparecer uma verba para o ano de 2012 de 200.000,00€ para a construção de pavilhões de acolhimento empresarial para as Zonas Industriais da Cordinha/Seixo da Beira e Oliveira do Hospital.

Assim, face ao exposto, verifica-se que este documento não satisfaz plenamente e não vai de encontro a todas as ambições da população do concelho, mas de qualquer maneira deixa uma porta aberta para o desenvolvimento e bem estar das pessoas, motivo este porque me abstenho na sua votação.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Dra. Sónia Martins que fez a seguinte intervenção:

“Não vou repetir o que já foi dito. Só quero reforçar a minha solidariedade com a ESTGOH, aos momentos difíceis que atravessa. Portanto, é com agrado que vejo esta verba nas Opções do Plano referentes à luta pela manutenção da ESTGOH em Oliveira do Hospital. Não poderia deixar passar, já que foi sempre uma das minhas prioridades e sempre mantive



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta luta pela manutenção da ESTGOH, como elemento de desenvolvimento do concelho e bom para a empregabilidade também.

Não posso deixar de, como deputada desta Assembleia Municipal, como membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, felicitar o Sr. António Lopes pela atribuição da Fénix de Honra. É só o reconhecimento do grande mérito que V. Exa. tem.”

Depois, interveio o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Globalmente e ao fim de dois anos de mandato deste executivo minoritário, devemos enaltecer a capacidade de realização demonstrada, diálogo frutífero e consensos obtidos; quanto à realização de objectivos, o executivo prosseguiu as obras que vinham de trás e iniciou outras muito importantes com grande enfoque na origem dos financiamentos comunitários. Como alguns se lembram, os financiamentos comunitários e a apresentação de projectos foi o nosso grande cavalo de batalha nos mandatos anteriores. Verdade se diga que nos últimos anos do último mandato, alguns projectos já foram sendo apresentados. Esta questão dos financiamentos comunitários são muito importantes uma vez que as transferências do Orçamento de Estado tiveram sempre um compromisso muito grande com as despesas fixas (pessoal, transportes e outras despesas de funcionamento), e por outro lado as receitas próprias nunca foram muito significativas num concelho em vias de industrialização. Em conclusão: quanto à capacidade de realização deste executivo ela está demonstrada por exemplo:

- Balcão Único;
- Início Centro Educativo de Nogueira do Cravo;
- Biblioteca Municipal;
- Infraestruturas e expansão da Zona Industrial;
- Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez;
- Requalificação do Jardim Brás Garcia de Mascarenhas, em Avô;

Relembro o reforço ao abastecimento de água do Bairro Novo de Avô, aqui pedido anos e anos.

O mesmo diríamos quanto ao diálogo frutífero com a população e consensos obtidos com a oposição. Recordo o novo posicionamento do executivo e do Presidente da Câmara em relação às freguesias independentemente do partido representado:

- Delegando-lhe competências;
- Acordando protocolos e transferindo os respectivos envelopes financeiros interrompendo a política anterior em que, como diz o Sr. Presidente da Câmara, os apoios indiscriminados faziam de um bom Presidente da Junta um mau Presidente da Junta e de um mau Presidente da Junta um bom Presidente da Junta.

Esta foi uma mudança radical que importa enaltecer, como importa enaltecer o diálogo institucional formal e substancial com a oposição no executivo municipal, com reflexos óbvios nas matérias postas à discussão e votação nesta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cumpre-nos reconhecer também a forma extremamente proficiente e tolerante como tem sido superiormente presidida a própria Assembleia Municipal pelo Sr. António Santos Lopes, com uma eficácia a que eu próprio ainda não tinha assistido nos três ou quatro mandatos em que já levo como membro dela.

É o balanço destes dois anos que deve ser levado a crédito para as GOP's 2012/15 e Orçamento (receita/despesa) para 2012.

Saiu dignificado o executivo e saiu dignificada a oposição, que o foi de forma responsável. Se o executivo, como parece agora invocar-se, a cumprir à lupa, todo o seu programa eleitoral em áreas que não eram referidas, ultrapassou em muito o que ali constava sendo o balanço globalmente positivo, como veremos em breve quando discutirmos o balanço e contas de 2011.

Em relação aos anos vindouros e concretamente ao Orçamento agora em discussão, sabemos que em 2012 haverá transferências muito significativas do Orçamento de Estado, como haverá uma diminuição muito significativa nas receitas próprias (quadro recessivo que pode aproximar-se mais dos 5% do que dos 3,7%), diminuição que poderá ir muito para além dos 10% face à previsão para 2011. Lembro que se o IMI aumentar ainda mais haverá quem não o pague, como já está a acontecer no Porto onde há casas que se doam devido à impossibilidade de as manter. Logo, há que adaptar o Orçamento a esta diminuição das transferências/receitas, mas ainda que não houvesse esta necessidade de adaptação ao ciclo recessivo – que deve ser mais próximo dos 5% do que dos 3% – é correcto adaptar o orçamento ao perímetro das receitas/despesas a realizar.

Relembro a crítica que se fez aqui – eu próprio a fiz – durante vários anos porque as execuções eram pouco acima dos 50%.

Em suma, é adequada a redução/reajustamento dos compromissos financeiros ao ciclo recessivo que aí vem, até para reflectir um pouco melhor a verdadeira dimensão das receitas e despesas efectivamente realizadas.

Opção muito, muito correcta é a reafecção financeira à coesão social e à solidariedade e acção social, com um crescimento superior a 160% face ao ano anterior.

Se sabemos o que aí vem, ninguém pode estar contra esta medida:

- Apoiar quem efectivamente precisa.

O executivo particulariza a forma como o vai fazer, metodologia que me parece correcta.

Atrevo-me a chamar à atenção para o modo de exposição correcta das necessidades. Aí, talvez com a ajuda das Juntas de Freguesia, que conhecem melhor as particularidades de cada um, e talvez seja possível ser mais objectivo nos apoios.

É certo que se conhecem todos mas, às vezes, há muita pobreza encoberta.

Outra opção discutível mas certíssima é o pré-pagamento/amortização da dívida autárquica através do valor obrigatoriamente cativado aos trabalhadores camarários referente aos subsídios de férias e natal.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não concordando nós com esta medida do Governo (havia folga para um deles ser pago), não sendo essa a política nacional, é boa a opção de diminuir a dívida que vence juros através da entrega destes valores à entidade financiadora para, eventualmente, a Câmara estar em melhores condições de contrair novos empréstimos para o desenvolvimento do Concelho.

Outra das opções é a descida dos subsídios às colectividades (Bombeiros, IPSS, Entidades Culturais, Desportivas, etc). Em minha opinião esta descida não deve ser percentual. Com todo o respeito pelas actividades físicas/desporto, há instituições de solidariedade social e cultural que não devem ter um corte tão acentuado como algumas actividades desportivas cuja natureza é muito representativa mas pouco abrangente.

Finalmente, quanto aos objectivos de projectos e de execução de obras: a Câmara fez bem em manter um conjunto significativo de projectos e intenções estruturantes num país à beira da paragem total com centenas de empresas a falir.

Destaco o aumento nas candidaturas dos fundos europeus, embora se deva contar com o atraso cada vez maior nas transferências das verbas. Como sabem, o Estado está a cativar as verbas que deviam ser transferidas de imediato para as autarquias e utilizá-las noutros pagamentos.

Até meio do ano demoravam três semanas e agora já demoram três meses, mais criando enormes dificuldades de tesouraria às Câmaras Municipais.

Mas para além das candidaturas, há projectos e obras em execução que se prolongarão em 2012, como se refere no respectivo Orçamento.

Destaco por exemplo:

- Centro Educativo de Nogueira do Cravo
- Requalificação do Mercado Municipal
- Construção da Central de Camionagem
- Requalificação da Avenida Carlos de Campos e outras através da cidade
- Remodelação do Complexo das Piscinas, etc.

Quanto ao IC6, queria recordar ao Prof. João Dinis que, que eu me lembre, só houve uma estrada que foi feita de uma vez só e que foi a estrada para o Algarve. Até a A1 foi feita por fases. Portanto, não era suposto que qualquer Governo fizesse o IC 6 todo de uma vez. Não vou perder mais tempo para referir quem é que fez os dois primeiros troços. O terceiro troço ficou com o estudo de impacto ambiental e com implantação escolhida. É preciso que prossiga.

Quanto à Extensão de Saúde, eu dou como minhas as palavras que o Carlos Maia aqui referiu, na medida em que também em Avô as pessoas são atendidas num primeiro andar, com os inconvenientes que isso acarreta.

Destaco ainda outras áreas de intervenção que muito prezo, como por exemplo:

- Centro de Acolhimento e Interpretação das Ruínas Romanas da Bobadela. Como sabem muito há a descobrir neste Concelho sobre o seu passado histórico. Não só na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bobadela e em Avô com os Romanos, mas também os Moçárabes que, como sabem, eram cristãos em parte subjugados pelos Árabes que adoptavam um culto específico, deixando também construções específicas como a Igreja de Lourosa a comemorar 1100 anos.

Permaneça no Orçamento para 2012:

- Apoio às Freguesias, através de protocolos de investimento
- Projecto Centro Escolar de Oliveira do Hospital;
- Mantém-se a luta pela manutenção da ESTGOH;
- Organização de eventos de exposição nacional do Concelho de que destaco a Feira do Queijo e Feira do Livro
- E outras iniciativas.

Por todas estas razões e muitas outras, o Orçamento merece o apoio e a votação a favor, face ao crédito de que este executivo já tem e à intenção de manter investimentos estruturantes com efeitos positivos na economia e na criação de emprego local e face às opções que referi, nomeadamente sociais, com as quais também estamos de acordo.”

Intervieio, depois o Sr. Engº Carlos Inácio:

“Queria referir que o ano que se avizinha vai ser um ano muito difícil. E queria deixar aqui um desafio à Câmara: que faça um andamento da situação daqui do concelho muito de perto e que veja as situações sociais que vão ocorrer e que esteja muito atenta às mesmas.

Não estou muito de acordo com o Engº Vasco quando diz que esta crise vai passar rapidamente. Acho que esta é uma crise que, infelizmente, vai demorar muitos anos porque há muitas conjunturas externas que são claramente desfavoráveis a Portugal e a países da nossa dimensão.

Quanto à questão do nemátodo, penso que tem que haver legislação muito forte e preparada para isto. Ouvei há dias na rádio que parece que as árvores têm que se abater de imediato quando têm a doença e têm que ser destruída para evitar a propagação da doença. Acho que tem que sair uma lei, uma obrigação, uma fiscalização muito forte.

Em relação ao IC 6 e ao IC 7, acho que a Câmara e todos nós temos que ter uma forte pressão para aconteça, para que transcenda o concelho de Oliveira do Hospital e para que vá até Seia.

Uma última questão é: qual é o ponto de situação do Centro Educativo de Oliveira do Hospital e como é que está o seu andamento.

Por todas as razões deste Orçamento, das Grandes Opções do Plano, por tudo o que está escrito neste documento e por tudo o que vai ser feito para o concelho, vou votar favoravelmente e desafio todos os presentes a fazê-lo também.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Em relação às verbas para a Junta, mais uma vez reforçar a importância das mesmas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a vários níveis.

E, já agora, sobre o que eu tinha dito anteriormente em relação à extinção das freguesias, queria ressaltar dois pontos: quanto à sua importância e quanto à sua credibilidade. Não há nenhuma junta de freguesia do País que deva seja o que fôr, isto no sentido de apresentar saldo negativo no final do seu ano económico. E, independentemente das justificações que possa haver em termos de serem mais pequenas ou outras, lembrem-se que há juntas de freguesia muito maiores que até o nosso concelho, como exemplo. Isto só também para reforçar: o concelho de Barcelos tem oitenta e tal freguesias e só uma freguesia é que cumpre com o Documento Verde. Isto quer dizer que as restantes teriam que ser objecto de fusão.

Em relação ao Orçamento e às GOP's, quero congratular-me com a dotação das verbas para a Rua Dr. Virgílio Ferreira, Rua Alexandre Herculano, Zona Histórica, a ligação Gavinhos de Baixo/Vendas de Gavinhos e o próprio Vale do Ferreiro, principalmente porque algumas destas muito têm sofrido com o desgaste dos equipamentos. Outra questão é a salvaguarda da segurança pedonal e exemplo disso é o grande problema que temos na Rua Dr. Virgílio Ferreira.

Outra questão que queria referir: sou a favor da descentralização mas cada vez mais, ao falarmos de investimento, devemos falar no investimento sustentado e abrangente. Em relação ao campo sintético que falam para ser criado em Lagos da Beira e até colocam entre parêntesis “Futebol Clube de Oliveira do Hospital”, a minha opinião é que o local correcto nunca seria Lagos ou Lajeosa mas sim dentro de Oliveira do Hospital. E isto porquê: principalmente pela carência de sistemas rodoviários. Não temos alternativas rodoviárias que permitissem levar as pessoas, as crianças, para o dito campo. Segundo porque penso que este campo não se deveria ficar só pelo Futebol Clube de Oliveira do Hospital mas também devia ser direccionado às escolas. E, como tal, quer dizer que o campo teria que ter uma utilidade quer nocturna, quer diurna. E daí que penso que é importante, antes de tomarem uma decisão final, de ver se há outra viabilidade mais credível para que, num futuro, não criemos mais um “elefante branco” ou um campo que seja utilizado por duas ou três horas diárias ou, se calhar, nem isso.

Por fim, uma relevância que eu gostaria de ver no futuro. As duas juntas de freguesia vêm nisto uma mais-valia, quer em termos económicos, quer em termos turísticos. Também por uma questão de preservação dos postos de trabalho e da própria arte. Outros já se aproveitaram, a outros níveis, dos seus potenciais. E penso que era importante cada vez mais ressalvamos a importância do cobre e do latão no nosso concelho. Daí que as Juntas de Freguesia de Oliveira do Hospital e de São Paio de Gramaços tomaram a iniciativa de começar a dar uma maior visibilidade à importância desta arte secular e esperamos que, no futuro, o próprio Município nos ajude a levar avante um projecto e um sonho. O sonho é tornar a Catraia de São Paio a capital do cobre e do latão e, através da mesma, potenciar esta arte em termos turísticos e económicos.”

Em seguida, a Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“As minhas primeiras palavras eram de agradecimento pelas críticas que foram feitas ao Orçamento e ao Plano de Actividades. Fiquei com uma sensação de contentamento em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relação às mesmas porque parece-me que todos perceberam que este é o Orçamento possível. E ter um conjunto de deputados e de presidentes de juntas que percebem isto, penso que é relevante, sabendo até que, por questões políticas, vai haver algumas abstenções. Mas, cá no meu fundo, acho que até queriam votar a favor porque, apontando um pequeno defeito aqui e outro ali, não é suficiente para “chumbar o aluno”. Assim queria agradecer-vos este reconhecimento daquele Orçamento que é possível.

E há aqui duas ou três coisas que eu gostaria de esclarecer. Há aqui pessoas que não estudaram bem o Orçamento e que fizeram declarações contra a verdade. Eu vou dizer qual é a maior obra que está inscrita: é o apoio às pessoas. E está em diversas rubricas e não numa só. Ao meu amigo João Esteves escaparam-lhe algumas coisas. A matriz social deste Orçamento, das diferentes rubricas, tem um valor de um milhão trezentos e cinquenta mil euros. Se me perguntarem se estou a pensar gastar este dinheiro, eu digo que, se fôr necessário, gasta-se. Mas espero que as condições do concelho de Oliveira do Hospital não façam gastar o dinheiro desta rubrica. Não há nenhuma obra física desta dimensão.

Isto também é por uma razão: é uma das características da minha liderança é estar assente nas pessoas. O *slogan* “a nossa prioridade são as pessoas” não é nenhum chavão. Eu, o líder deste Município, penso isso. As pessoas que me conhecem sabem que eu sempre fui assim. Se alguém achar que o Presidente da Câmara, que se apresentou com um programa ao eleitorado e que hoje olha para ele e diz que não pode fazer uma série de coisas para proteger as pessoas, digo-vos que estou a tomar a atitude correcta. Prefiro, dentro das nossas possibilidades, ajudar as famílias que necessitam.

Também temos que estar preparados com projectos por causa dos fundos comunitários. A Câmara Municipal não tem, só por si própria, capacidade para fazer grandes obras. Na passada semana, estive no Ministério da Economia e fui falar com quem fez a reprogramação dos fundos comunitários, para percebermos quais são os circuitos. E percebi que, no POVT, precisamos trabalhar rapidamente para candidatar algumas obras, nomeadamente de saneamento. Vai haver a abertura de um concurso e eu preciso correr contra o tempo. Preciso de juntar obras pequenas em diferentes freguesias para fazer um único caderno de encargos, para dar escala. Há dois projectos que estão para ser candidatados. Um deles são as redes de água e saneamento a Formarigo, Moita e Carvalha, que, independentemente de haver financiamento ou não, a obra será lançada no início de Janeiro. E outro projecto, sugerido até por um vereador na reunião camarária, é o da rede de água ao Parceiro e daquela zona. E Vila Franca da Beira também está sinalizada. Acredito que este projecto entrará no co-financiamento.

Mas também fui ao Instituto de Emprego e Formação Profissional falar com o seu Presidente, para criarmos um regime de excepção em termos de protocolar algumas coisas: a possibilidade da Câmara Municipal fazer parcerias no sentido de, em vez de fazermos só POC's às pessoas a quem acabou o subsídio de desemprego, arranjar forma de terem um contrato durante um ano. O objectivo é que, ao fim do ano de trabalho, possam retomar o subsídio de desemprego. Isto não resolve o problema mas atenua-o. Sobre este projecto – feito pelo meu Vice-Presidente e as Técnicas do Gabinete de Acção Social – ouvi algo em Lisboa que me fez sentir bem: o Sr. Presidente do IEFP achou que era uma das melhores coisas que tinha ouvido. Mostrou logo disponibilidade, criou uma comissão jurídica para ver como isto



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se ultrapassava. Este protocolo também previa que rapidamente fossemos buscar pessoas para POC's, sem a demora da plataforma. Mas, nem tudo corre bem: aquele Presidente do IEFP foi substituído esta semana. Agora, temos que retomar do princípio.

No que respeita à Iral, tenho acompanhado o problema. Na altura, até sugeri algumas coisas ao empresário que estava à frente da empresa, achando que era a forma de ainda salvarmos a Iral. Porque, às vezes, temos que prescindir de um conjunto de trabalhadores para que a empresa possa sobreviver. Em vez de irem todos os trabalhadores embora, iria só uma parte. E essa proposta também foi negociada e por mim falada. Só que a empresa é do empresário, não é minha. Acho que o empresário gostava dos trabalhadores e não tinha coragem para dizer a uns quantos para saírem. Acho que foi um drama para o próprio empresário. Também falámos da possibilidade de encontrar alguém para que esta empresa continuasse a laborar, mesmo com menos postos de trabalho.

Gostaria de dizer ao João Dinis que, em relação ao arranque da obra, acredito que seja este ano. Em termos de caminhos agro-florestais e da floresta, já plantámos nove hectares de floresta autóctone.

Sobre a questão social, a Câmara Municipal não faz assistencialismo. O que queremos fazer é uma acção social realmente verdadeira.

Em relação ao Mondego, penso que é preciso realmente fazer mais qualquer coisa do que tem sido feito.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge quero dizer-lhe que eu também fiz esse tipo de publicidade quando era Presidente da Escola. Por isso, não houve aqui uma crítica implícita. Mas, se pudermos criar um modelo alternativo aos plásticos, é melhor. Não era nenhuma crítica.

Sobre a questão levantada pelo Eng^o José Vasco relativamente à Caixa de Crédito Agrícola, acho que a Caixa tem essa obrigação porque recolhe todo o dinheiro nosso e aplica-o cá. Tenho feito pressão na Caixa relativamente a algumas situações e para ajudar a resolver os problemas de algumas empresas que até conseguiram recuperar.

Quanto ao problema do nemátodo, bastaria ir ao Parque do Mandanelho e percebermos que temos dezasseis pinheiros que temos que cortar. E, se não os cortarmos depressa, qualquer dia cortamo-los todos.

Há uma coisa importante que eu gostaria de abordar e que o João Dinis referiu. Se há qualquer coisa que está no Orçamento e que me dói é a redução da verba para as freguesias, até porque tinha sido sempre minha convicção o seu aumento. Mas estas são as verbas directas porque há outros tipos de apoio do Município para as freguesias.

Este ano, por algumas dificuldades de tesouraria, as freguesias já receberam as verbas um pouco tarde. Mas é preciso dizer: prefiro reduzir agora para quinhentos mil euros e ter a certeza de que vou pagar.

Se há um trabalho que me apraz registar tem sido o trabalho das juntas de freguesia, um trabalho de parceria. Há uma gestão, há relatórios e vamos fazer a avaliação rigorosa. Tem-se feito alguns reajustamentos. Algumas juntas têm mais dificuldades em executar as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras protocoladas mas nunca foi um problema porque conversamos e fazemos uns reajustamentos. E a Câmara Municipal, através do Gabinete de Apoio às Freguesias, tem dado um grande acompanhamento.

Queria referir também que houve uma redução significativa em relação a este Orçamento. Este Orçamento é, de longe, o que mais reduziu até hoje. E reduziu nas próprias GOP, que decresceu quase três milhões de euros. Por outro lado, na globalidade do Orçamento, reduziu dois milhões setecentos e cinquenta mil euros. Mas queria dizer-vos que o Orçamento que eu perspectivava ainda seria mais baixo, para ter uma realidade diferente. Mas houve algo que me obrigou a mudar de trajectória e que foi a necessidade de deixar, em aberto, a possibilidade de algumas candidaturas.

E houve aqui uma oportunidade para um centro escolar. Vai haver dinheiro para novos centros escolares. Na minha opinião, Oliveira do Hospital não tem um centro escolar condigno pois perdeu-se uma oportunidade de fazer um junto à escola, que tivesse tudo. Temos vários jardins de infância espalhados pela cidade, as crianças não podem almoçar todas, temos as turmas do quarto ano juntas com o quinto e sexto anos. E era possível fazermos um centro escolar.

E, dos contactos que mantive, percebi que, para a Escola Superior, não há possibilidade de qualquer tipo de financiamento. Então, pensámos que, como havia a possibilidade de um centro escolar novo na cidade ser subsidiado com noventa e cinco por cento – e para o qual necessitamos rapidamente de um projecto –, as actuais instalações da escola primária passariam a ser utilizadas para um pólo da ESTGOH. Faríamos, assim, uma readaptação das instalações das escolas do primeiro ciclo para um pólo de ensino superior e ficaríamos com dois pólos. E toda a gente achou que esta ideia era brilhante.

Problemas: isto será possível? Onde é que tínhamos que fazer o centro escolar? O que faz sentido é que fique junto às outras escolas, o que obrigará a um repensar do trânsito na zona. Mas o problema é que o Parque dos Marmelos só prevê que se possam construir quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados. Já não dá para resolver isto por ali. Estamos à espera de outras soluções. Tenho algumas ideias, estamos a fazer alguns estudos. Mas, ali, não temos terreno para implementar o centro escolar. Sou sincero: se me perguntarem se vamos ter centro escolar, eu não vos sei responder, não posso prometer uma coisa da qual não tenho garantias de nada.

Se se concretizasse, era bom para as nossas crianças, para os nossos profissionais e até para os pais porque concentrávamos toda a área da educação naquela zona e resolvíamos também o problema das instalações da ESTGOH.

No que respeita ao turismo, há coisas interessantes, desde a publicação de um roteiro turístico, a execução da rede de percursos pedestres aprovada no âmbito da Rede das Aldeias de Xisto, associadas à promoção exterior do concelho através dos seus eventos de marca, cujo exemplo maior é a Feira do Queijo Serra da Estrela, que hoje tem dimensão nacional.

Continuaremos a apostar na presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, o maior evento português de promoção turística, através de parcerias estabelecidas com a ADIBER e a CIMPIN. Da mesma forma, continuaremos a dar apoio técnico aos investidores na área do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

turismo, designadamente através do encaminhamento para as fontes de investimento provenientes do PRODER ou do QREN. Mas ainda há muito por fazer nesta área, como o problema do Centro de Interpretação das Ruínas Romanas da Bobadela.

Para terminar, gostaria de dizer que este Orçamento é o possível. Na minha opinião, faz a defesa dos interesses de Oliveira do Hospital: tem flexibilidade e uma maleabilidade que permitirá ir às candidaturas para disputar verbas com outros concelhos. É um Orçamento sério e responsável, dentro das condições do País. Diria ainda que é um bom Orçamento porque assegura o normal funcionamento do Município, no pior cenário. E também está preparado para aproveitar as oportunidades que surgirem durante o ano de dois mil e doze.”

Terminadas as informações e os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Não percebo: há aqui seiscentos e vinte mil euros de descentralização para as freguesias. Estes seiscentos e vinte mil euros são os mesmos do ano passado mas agora há menos? Há só quinhentos mil? E os outros cento e vinte mil para onde é que vão?”

Depois, queria reafirmar que eu não estou de acordo com isto. Frustra expectativas, corta um traço que era caracterizador – no bom sentido – da prática da Câmara Municipal e não é necessário. Para poupar, poupa-se de outra maneira. Porque as obras que as freguesias fazem, sabe-se que é mais barato do que a obra que faz o Executivo municipal.

O Sr. Presidente levantou a questão da reciclagem do centro escolar para a ESTGOH. Eu detesto quebrar sonhos das outras pessoas mas, para transformar os sonhos em realidade, aí é que “a porca torce o rabo”. Reciclar o actual centro escolar numa ESTGOH, no máximo teria uma escolinha superior de tecnologia e gestão. É mais barato fazer de raiz.

Por último, Sr. Presidente da Câmara, se fosse eu não tinha problemas nenhuns em estender, em aproveitar, a capacidade de endividamento do Município, em Janeiro de dois mil e doze. Há uma margem folgada de disponibilidade orçamental ao nível da capacidade de endividamento da Câmara e deve ser aproveitada, por exemplo para não cortar nas transferências para as freguesias.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Esta questão do endividamento, levantada pelo João Dinis, não é nenhum disparate porque os projectos comunitários têm a possibilidade logo de ser comparticipados pelo BEI, com taxas de juro baixíssimas. Há também algumas limitações ao endividamento. Mas é natural que esta possibilidade de algum investimento vir a ter financiamento bancário fique em aberto. Mas temos que ter muita cautela. Temos que fazer uma avaliação da capacidade de pagarmos os nossos encargos. E também é importante fazermos reajustamentos para obtermos mais alguma receita e para termos visão para ver onde podemos “emagrecer a máquina”, ou seja, nas despesas correntes.”

Terminadas as intervenções, foram colocadas à votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, as propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2012/2015 e o Orçamento da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Receita e da Despesa para 2012, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento, tendo sido aprovadas por maioria, com oito abstenções.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo catorze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
